

Órgão Central  
do Partido Comunista  
Português

 **Avante!**

Proletários  
de todos os países  
UNI-VOS!

**Semanário**  
Director:  
António Dias Lourenço

Ano 59 - Série VII - N.º 835  
28 de Dezembro de 1989  
Preço: 60\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex: 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

**PAZ MHP PEACE FRIEDEN PAIX PACE**



**1990**

# Editorial

Avante!

Ano 59 — Série VII  
N.º 835

28 de Dezembro de 1989

1.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## 1990

**D**entro de poucos dias, apenas cinco, vamos entrar na última década deste conturbado Século XX marcado por prodigiosas transformações revolucionárias e por avanços e recuos no processo histórico de emancipação da Humanidade.

O ano de 1989 é um paradigma da impetuosa marcha da História.

O limiar do Século XXI encurtou-se no calendário. Começa a contagem decrescente para zero, uma contagem cadenciada ano a ano, mês a mês, dia a dia.

Contudo o processo histórico tem outros padrões de medida. Chamam-se acontecimentos, ciclos, épocas, eras e a irregularidade é a lei da cadência, as mudanças operam-se no entrelaço de contradições numa dinâmica de aceleração e numa escala imprevisível.

E entretanto a irregularidade, as contradições, a imprevisibilidade em que se baseiam as concepções do desenvolvimento anárquico, tornam-se normalidade processual.

O conhecimento das leis objectivas do desenvolvimento histórico, os avanços da Ciência e da Técnica, a condensação da experiência histórica põem cada vez mais ao alcance do Homem instrumentos revolucionários de análise e reconhecimento da realidade, de avaliação de forças, permitem-lhe já, com notável grau de probabilidade, delinear e executar projectos em todas as esferas da vida, estabelecer metas de acção, caracterizar os factores favoráveis ou desfavoráveis à prossecução dos objectivos propostos, determinar no essencial as formas de os alcançar.

**H**á um ano, numa linha de coerência de princípios, o XII Congresso do PCP lançava a consigna de uma democracia avançada no limiar do Século XXI na perspectiva do Socialismo em Portugal.

A democracia avançada, nas suas quatro componentes fundamentais -- política, económica, social e cultural -- pretende responder às exigentes questões da época actual, preparar e apetrechar o Partido para as grandes batalhas políticas do futuro e para o debate ideológico nesta fase de bruscas mudanças.

Os ventos da mudança varrem o mundo e uma nova realidade está em gestação. Na luta dos povos as alterações estão a reclamar com urgência novas posturas das forças revolucionárias.

É uma nova fase que se processa à escala do globo mas se formaliza em condições diferentes em cada País.

O ano internacional foi marcado, como há

dias afirmou Gorbatchov, «por grandes mudanças no leste europeu onde decorrem processos tempestuosos».

**P**ara o povo português o ano de 1989 foi um ano de profundas alterações económicas, políticas, sociais e institucionais.

Os novos desenvolvimentos do processo de integração na CEE -- que estão alterando de modo substancial a estrutura económica e social do País com o acentuar da nossa dependência da produção e do capital estrangeiros, com a mudança da titularidade nacional dos principais sectores da nossa actividade económica e financeira a favor dos grupos transnacionais, com incidências sociais de grande profundidade; a intensificação do processo contra-revolucionário de restauração do capitalismo monopolista de Estado em Portugal, agora facilitada no plano institucional pelas alterações introduzidas na Constituição da República; o agravamento dos desequilíbrios sociais com a acentuação das desigualdades na distribuição dos rendimentos em desfavor dos trabalhadores e a adopção de novas leis laborais atentatórias do direito ao trabalho e dos direitos e garantias sociais dos trabalhadores.

É toda uma situação complexa no plano mundial e no plano nacional que exige dos comunistas portugueses uma acção esclarecida e organizada, assente numa crescente democratização dos processos e formas de intervenção e do debate de ideias, na perspectiva da democracia avançada no limiar do Século XXI.

Com esse objectivo decidiu o CC do PCP efectuar uma reunião plenária para os dias 23 e 24 de Janeiro e convocar para o 1º semestre de 1990 um Congresso Extraordinário.

**P**ara o povo português o ano de 1989 fecha sob os ecos de uma «vitória da democracia e de uma derrota da direita e do PSD», como acentuou o Comité Central na sua reunião do dia 20 de Dezembro em conclusão dos debates sobre os resultados eleitorais das autarquias do dia 17.

Trata-se de um grande sucesso eleitoral que incorpora a «vitória muito importante das forças democráticas em Lisboa, o resultado globalmente positivo da CDU e das coligações alargadas em que o PCP participa, embora com aspectos contraditórios, e o notório progresso do Partido Socialista», como é sublinhado na Resolução do CC.

# Resumo

## 21 Quinta-feira

O Conselho de Ministros decide aumentar a partir de Janeiro o valor do abono de família em 12,7 por cento; é também aprovado o novo estatuto dos militares, a nova Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana e aumentos de 21 por cento nos vencimentos dos militares. ■ Jorge Sampaio dispõe-se a atribuir pelouros aos vereadores eleitos por PSD/CDS/PPM. ■ Plenário da CGTP sublinha que a profunda derrota de Cavaco Silva e do PSD nas eleições autárquicas é a manifestação da enorme contestação social que se vive no país. ■ O projecto de decreto-lei sobre carreiras médicas é rejeitado pelo conselho nacional executivo da Ordem dos Médicos. ■ A Assembleia da República aprova a Lei de Bases da Reforma da Contabilidade Pública, tendo o diploma merecido o consenso de todas as bancadas. ■ O presidente da Associação dos Armadores das Pescas Industriais classifica como drasticamente prejudicial para Portugal a redução das quotas pesqueiras para 1990. ■ Começa a Conferência de Paris entre a CEE e a Liga Árabe a nível de especialistas. ■ O presidente francês François Mitterand afirma em Leipzig que a França não se oporá se, através de eleições livres o povo alemão optar pela reunificação. ■ O Politburo do PCUS convoca uma reunião de emergência do Comité Central para analisar a secessão do PC lituano.



nomeadamente Santarém, Régua e Porto. ■ Uma nota do gabinete de imprensa do PCP esclarece que a coligação obteve 14,1 e 14,6 por cento dos votos, respectivamente para as câmaras e assembleias municipais. ■ O PCP condena em comunicado os métodos repressivos e autoritários usados pelas autoridades romenas contra as manifestações de descontentamento e protesto popular. ■ O primeiro-ministro Cavaco Silva afirma na sua mensagem de Natal que o Governo dará um apoio extraordinário às famílias mais directamente atingidas pelo mau tempo. ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros da RFA e da Checoslováquia declaram abertas as fronteiras entre os dois países.

rrior se encontra o general Manuel António Noriega; por seu lado, o governo cubano anuncia estar disposto a conceder asilo político ao general Noriega, caso seja pedido; por último o porta-voz do Vaticano informa que o general Noriega não será entregue aos Estados Unidos. ■ Nicolae e Elena Ceausescu são condenados à morte e executados, logo após o julgamento secreto levado a efeito por um tribunal militar extraordinário que os acusa de genocídio e mais quatro crimes particularmente graves contra o Estado, como subversão, roubo de bens públicos e destruição da economia nacional; por seu turno a Frente de Salvação Nacional da Roménia anuncia que desde o início das manifestações, há onze dias, morreram 60 mil pessoas. ■ O dirigente soviético Mikhail Gorbatchov adverte os nacionalistas que pretendem a secessão da URSS de correrem o perigo de causar o derramamento de sangue e a morte em todo o país.

## 22 Sexta-feira

Os trabalhadores da Automática Eléctrica de Portugal realizam uma concentração junto das instalações da empresa em Cabo Ruivo exigindo o pagamento integral do subsídio de Natal. ■ A Comissão das Comunidades aprova um conjunto de projectos para o Alentejo respeitantes a investimentos no sector da transformação e comercialização de produtos agrícolas no valor de 927 mil contos. ■ A policia política romena, que desencadeou um contra-ataque para repor o poder nas mãos de Ceausescu, rende-se na praça da República após um combate de duas horas; a Frente de Salvação Nacional da Roménia assume o poder no país. ■ Os dirigentes das duas Alemanhas abrem oficialmente o muro de Berlim na Porta de Brandenburgo. ■ O Partido Comunista Checoslovaco expulsa o antigo dirigente Vasil Bilak, suspende outros 32 membros, entre os quais o ex-presidente Gustav Husak.

## 24 Domingo

PS ganha as eleições em Cunha Alta, concelho de Mangualde, freguesia onde a votação para as autárquicas foi cancelada devido ao mau tempo. ■ O jornalista e escritor panamiano José de Jesus Martinez é preso no Panamá pelas forças armadas norte-americanas. ■ Os deputados soviéticos, durante os trabalhos da segunda sessão do Congresso dos Deputados do Povo, hoje findos, declaram nulos e sem qualquer efeito os protocolos secretos assinados pela Alemanha e pela União Soviética em 1939. ■ São abolidos os vistos e a troca obrigatória de moeda na passagem entre as duas Alemanhas. ■ A Frente de Salvação Nacional da Roménia apela para um cessar-fogo imediato nos combates com as forças leais ao presidente Ceausescu. ■ É desmantelada uma tentativa de golpe de Estado contra o regime do presidente Blaise Compaoré, no Burkina Faso.

## 26 Terça-feira

O ministro da Administração Interna, depois de ter observado de helicóptero a lezíria do Tejo atingida pelas cheias, afirma que não se justifica a declaração de calamidade pública. ■ O coordenador da Federação Distrital de Setúbal do PS, José Reis, afirma que o seu partido está a preparar a expulsão de cerca de uma dezena de militantes pela forma como intervieram nas eleições autárquicas. ■ Completa-se uma semana desde o dia em que 60 jovens trabalhadores de uma fábrica de calçado de Santiago de Bougado (Trofa) ocuparam as instalações para impedir o encerramento da empresa, criada com o apoio da FSE. ■ Ion Iliescu é eleito presidente do Conselho da Frente de Salvação Nacional da Roménia; Dimitri Mazilu é o vice-presidente, Petre Roman — o primeiro-ministro e Nicolae Militaru — o ministro da Defesa. ■ Os EUA exigem do Vaticano, em termos considerados extremamente duros, a entrega do general Noriega, refugiado na embaixada da Santa Sé no Panamá. ■ Caças israelitas atacam e destroem uma sede do Partido Comunista Libanês no sul do país. ■ Morre Samuel Beckett.

## 23 Sábado

Mau tempo provoca situação de calamidade em todo o país; O Presidente da República visita as populações mais atingidas pelas cheias

## 25 Segunda-feira

Festeja-se o Natal em todo o país. ■ Tropas ocupantes norte-americanas apoiadas por veículos blindados cercam a missão diplomática do Vaticano no Panamá, em cujo inte-

Trata-se, por outro lado, de uma vitória eleitoral a coroar um ano de importantes batalhas políticas e de uma vasta e variada contestação social de massas contra a política do Governo em que se inscrevem o desaire eleitoral do PSD e da direita no seu conjunto nas eleições de Junho para o Parlamento Europeu, um vasto e combativo movimento grevista de trabalhadores de sectores estratégicos da economia nacional e de profissões liberais, os desfiles e concentrações de extraordinário vigor de agricultores do Norte e Centro do País e ainda acções reivindicativas de grande expressão colectiva de sectores das Forças Armadas e das Forças Militarizadas.

Intensificar por todas as formas o movimento popular e democrático particularmente na sua expressão de massas; reforçar e alargar a unidade e a convergência das forças democráticas; aprofundar o espírito unitário expresso nas eleições de 17 de Dezembro designadamente na conquista da Câmara Municipal de Lisboa, de enorme projecção política nacional; explorar todas as formas e caminhos conducentes a uma alternativa democrática à política e ao Governo do PSD e de Cavaco Silva, são tarefas imediatas e necessárias à viabilização de uma democracia avançada no limiar do século XXI nas suas componentes económica, política, social e cultural.

É sob uma monstruosa campanha anticomunista que o PCP tem de levar ao povo português a verdade da sua mensagem.

Os graves acontecimentos em países socialistas da Europa de que o levantamento do povo romeno no mês de Dezembro envolve aspectos trágicos, o processo da «perestroika» soviética, verdadeira revolução na Revolução que está abrindo novos horizontes ao Socialismo e, corroborando que o imperialismo não mudou a sua natureza agressiva, a brutal invasão do Panamá pelas forças armadas dos Estados Unidos, exigem dos comunistas uma inabalável confiança na grandeza dos seus ideais, uma firme resposta e uma forte coesão ideológica — que não exclui antes pressupõe diferenças de opinião e um vivo debate interno no seio do Partido — sobre as formas, os métodos e os caminhos para o Socialismo em Portugal na esteira da democracia avançada preconizada pelo XII Congresso do PCP.

O ano de 1990 que nos bate à porta vai exigir de todo o Partido, dos seus simpatizantes e amigos, dos trabalhadores avançados uma grande tensão de forças e uma inflexível determinação na luta por um Portugal pacífico, democrático e independente.

**Avante!**  
Proletários de todos os países UNÍ-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa  
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa  
CODEX  
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
Av. Santos Dumont, 57-3.º  
— 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Livreira,  
SARL, Serviços Centrais: Av.  
Santos Dumont, 57 - 2.º —  
1000 Lisboa  
Tel. 73 22 75 76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa  
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º  
— 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 — Venda Nova  
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA  
Tel. 90 00 44

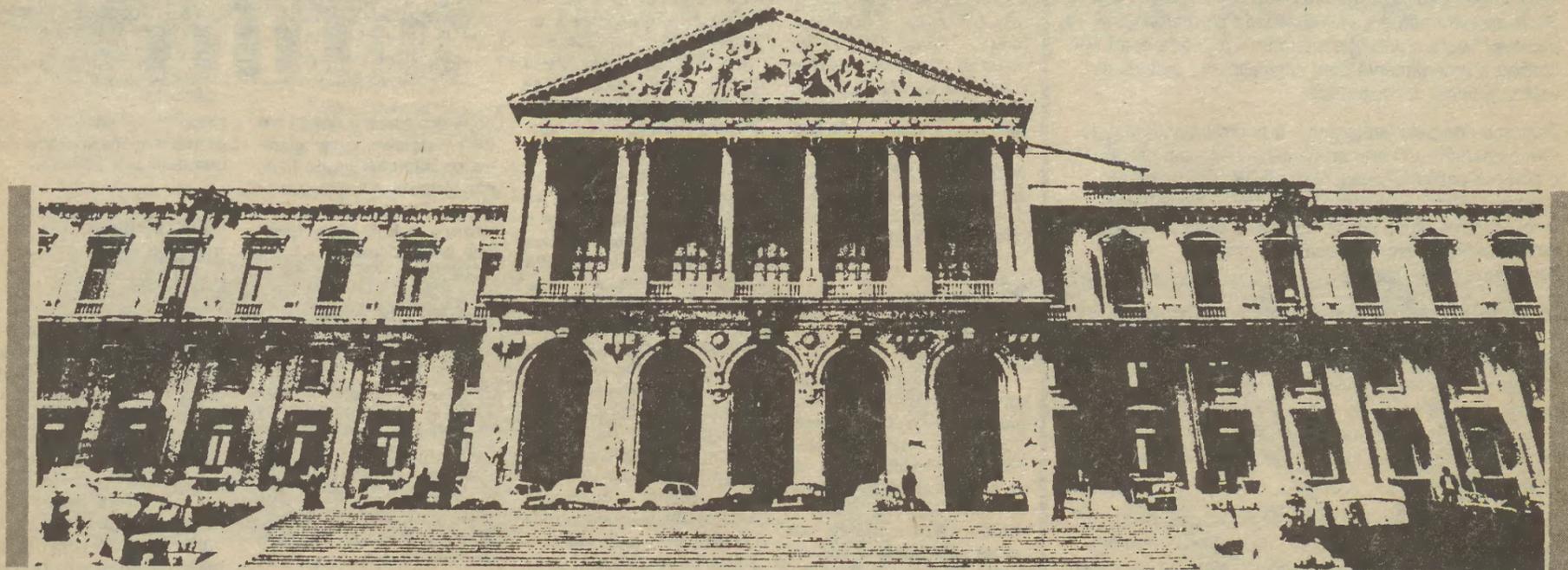
Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto:  
R. Miguel Bombarda, 578 —  
4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:  
Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra  
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Alameda St.º António dos Capuchos,  
6-B — 1100 Lisboa. Tel.  
77 69 36/77 67 50  
Porto — Rua do Almada, 18-2.º,  
Esq.º  
— 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heska Portuguesa — R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88



## Eleições autárquicas na Assembleia da República

# «Derrota da direita abre caminho à possibilidade real de uma alternativa democrática»

— afirmou João Amaral

Três dias depois das eleições autárquicas, com os estados-maiores partidários empenhados ainda na maior parte dos casos em proceder à «leitura» dos resultados, foi naturalmente este acontecimento a polarizar também as atenções da sessão que ocupou na quarta-feira da passada semana o plenário da Assembleia da República.

Tendo como pano de fundo as profundas alterações introduzidas no mapa eleitoral do País, tratou-se sobretudo de dar a conhecer os pontos de vista decorrentes da análise que cada força política efectuou aos resultados, análise essa que independentemente do quadrante foi coincidente no reconhecimento de um dado fundamental: a pesada derrota sofrida pelo PSD.

Este acabaria por ser com efeito um dos aspectos mais marcantes na apreciação efectuada pelos vários oradores, numa sessão assinalada ainda por outros factos importantes como sejam a remodelação urgente do Gover-

no reclamada em nome do PS pelo deputado Jorge Lação ou a necessidade de aprofundamento do diálogo entre os partidos de esquerda sustentada pelo PCP, através de João Amaral, em ordem a viabilizar uma alter-

nativa democrática capaz de arrear a direita do Poder.

Ao defender esta posição desde já consubstanciada, conforme foi anunciado, numa proposta de encontros a nível central, regional e local com os seus parceiros da CDU, Verdes e ID e também com o PS, PRD, UDP, MDP/CDE e PSR, para os comunistas trata-se em primeiro lugar de «analisar o trabalho em comum realizado, a cooperação existente e as possibilidades do seu ulterior desenvolvimento».

É que, como tratou de salientar João Amaral, a «derrota da direita nas eleições autárquicas e os passos

dados na convergência das forças democráticas abrem caminho à possibilidade real de uma alternativa democrática», alternativa essa para a qual «é tanto necessário o PS como o PCP e a CDU». «Da nossa parte — frisou o deputado comunista — empenhamo-nos na luta política e social que confirme as perspectivas de afastar a direita do Poder».

### 4 terços

Palavras que reflectem de uma forma clara o sentir de quem há muito busca na unidade e na convergência das

forças democráticas os caminhos e as soluções tendentes a dar resposta aos problemas nacionais. Antes, porém, João Amaral deteve-se a analisar circunstancialmente os resultados eleitorais, abordando-os que numa perspectiva nacional quer no estrito plano de Lisboa.

E caracterizou-os começando por citar os quatro traços fundamentais que os distinguem, segundo o Comité Central do PCP: «1.º — uma clara e ampla derrota do PSD e do Governo; 2.º — uma vitória muito importante das forças democráticas em Lisboa; 3.º — um resultado globalmente positivo

da CDU e coligações em que o PCP participa, embora com alguns aspectos contraditórios; 4.º — um notório progresso do partido socialista».

Acentuando que foram estas as conclusões a que a direcção do PCP chegou e não outras veiculadas numa clara distorção por alguma comunicação social, João Amaral frisou ser «insofismável», quanto ao primeiro traço, a derrota do PSD. Ao perder grandes cidades como Lisboa, Porto, Coimbra e Faro, ao perder 34 presidências de Câmaras e mais de 120 pre-



No próximo número

Entrevista  
com

Álvaro Cunhal

## Ano simultâneo

O ano que agora termina tem, como sempre, a enorme vantagem de ser substituído por outro novinho em folha, o que não constitui novidade por aí além. Falar disso também não é o último achado da oratória e escrever sobre o ano que sai mais o ano que entra não configura propriamente uma originalidade, quando se está nos finais de Dezembro.

Fiquemo-nos pela vantagem — a enorme vantagem de termos sempre um ano prontinho a entrar na calha, mal o anterior cessa funções. Como a Terra é redonda, gozamos ainda o privilégio suplementar de podermos viver, durante umas horas, dois anos planetariamente em simultâneo. Isto só mesmo da gente! E aí é que bate o ponto.

Já pensaram, por exemplo, que no momento em que estivermos no nosso jardim à beira-mar plantado a fazer saltar rolhas e a lançar fitinhas já os japoneses nos levam meio dia de avanço e se calhar até já fizeram uns milhares de carros e uns milhões de vídeos da geração de 90, enquanto nós ainda por aqui estamos agarrados à garrafa e às colheitas dos anos anteriores?

Isto para os que são fortes em cálculo e previsões, como o nosso Primeiro-Ministro na noite das eleições. Para os que trabalham e fazem realmente os carros, os vídeos ou as garrafas, a coisa é igual ao litro seja na Marinha Grande ou em Osaka. Quando se é explorado todos os dias, começar umas horas antes ou umas horas depois não faz realmente diferença.

Olhando para as duas grandes potências a simultaneidade tem pano para mangas, quer se veja o assunto das águas de Vladivostoque ou da baía de S. Francisco, para darmos o máximo de amplitude a isto. Durante uma data de horas, ainda os EUA estão a tomar o pequeno almoço do ano passado, já a *perestroika* entrou na década de 90 com um avanço que, além de histórico do ponto de vista revolucionário, surge então também temporal, o que não é tão irrelevante como isso se considerarmos o atraso em que os EUA continuam para secundar a URSS e enfrentarem, também, os seus problemas e atrasos.

Isto para quem anda aí a fazer reflexões apressadas sobre o fim do socialismo, ou contas erradas sobre os princípios do capitalismo.

Mas onde a simultaneidade tem realmente charme é em Portugal, porque nem precisa de longitudes para existir.

Imaginem, por exemplo, o ministro Cadilhe no momento em que erguerá a taça ao ano novo, num gesto que naturalmente começou no ano velho. «Sou ou não sou o ministro das Finanças?» perguntará ele na angústia do cristal, esperando talvez uma resposta das borbuihas. «Sou e não sou», concluirá com a profundidade de sempre e lembrando-se de alguns pontos da sua carreira ministerial onde a inflação é e não é, os impostos descem apesar de subirem, a economia recupera enquanto entra em queda e, prodígio dos prodígios, o emprego e o desemprego crescem à mesma velocidade.

A seu lado — é igualmente fácil imaginá-lo — teremos outros elementos do elenco que nos caiu em palco a tilintar perguntas semelhantes: a Beleza com Saúde, o Eurico à Defesa, o Peneda com Trabalho, o Mira com Amaral. Os outros nem perguntam: dão vivas ao chefe com enérgicos erguer de taças, esparrinhando toda a gente e murmurando segredos atrás do lenço que limpa e pede desculpa.

Uma coisa os une: todos sentem que são e não são. Uma coisa os divide: todos sabem que ser ou não ser, eis a questão.

Por isso o chefe deste Governo, o professor Cavaco Silva, enfrenta a mais séria simultaneidade da sua vida. Sente que é e não é presidente do PSD.

Desconfia que é e não é Primeiro-Ministro de Portugal. Palpita-lhe que um dia destes não é Primeiro, nem sequer Ministro.

Fascinado pelos britânicos até ao fim, este Governo tinha de fazer uma passagem de ano shakespeariana. Julgando-se Hamlet.

Mas vivendo como a Inês Pereira.

■ H.C.

PCP

## Eleições autárquicas na Assembleia da República

sidências de juntas de freguesias, ao passar a segunda força política em número, em percentagem de votos e em presidências de Câmaras Municipais, lembrou o deputado comunista, o PSD ficou longe, «muito longe» do objectivo enunciado dois dias antes das eleições pelo seu secretário-geral, Dias Lourenço, em entrevista ao Expresso, na qual este afirmava: «o objectivo do PSD é manter as Câmaras será uma vitória para o PSD; ficar longe deste objectivo será uma derrota».

### Os direitos de Cavaco

«Monumental fiasco de apreciação política, inadmissível num líder partidário», assim interpretou João Amaral, por outro lado, a comunicação de Cavaco Silva na noite das eleições, afirmando a este propósito que «dizer seis horas depois de fecharem as mesas de voto, já perto da uma da manhã, que o PSD ia «manter grande distância do PS» quando todos os resultados mostrados ao País na TV apontavam o contrário, só pode ser de quem pensa que os outros são tolos». E acrescentou: «o Primeiro-Ministro disse, no decurso da moção de censura do PS, discutida aqui em Outubro passado, que a «moção de censura (...) motivará um inquérito para tentar esclarecer quem foi o verdadeiro responsável». Aproveite o líder do PSD a proposta do Primeiro-Ministro e faça o inquérito no PSD para averiguar quem o ajudou em tamanho dislate...».

### Vontade de mudança

Considerando-a um «acontecimento político da maior importância da vida nacional», a vitória da Coligação Por Lisboa ocupou também uma parte substancial da intervenção de João Amaral, que a ela se começou por re-

ferir manifestando a sua convicção profunda que à frente dos destinos da capital «corresponderá às aspirações da população lisboeta, à sua vontade de uma mudança que humanize a cidade, resolva os seus problemas fundamentais, salve Lisboa da degradação, do caos, da especulação a que a gestão da direita a conduziu».

Depois de desmentir afirmações de dirigentes da direita que propalaram que o PSD, CDS e PPM somados não teriam tido em 1985 mais votos que as forças políticas da Coligação Por Lisboa — ao contrário, observou, aquelas somaram 49,9 por cento dos votos contra os 47 por cento destas — João Amaral realçou o significado da vitória agora conseguida, sublinhando que ele é tanto maior quanto é conhecido o facto de ter sido obtida «contra uma persistente e sistemática campanha da direita».

A este respeito, recordou ainda o envolvimento directo do Primeiro-Ministro na campanha, os três quartos de tempo que gastou a combater a Coligação, nas intervenções que proferiu por ocasião da discussão da moção de censura do PS e ainda o alcance que o próprio Cavaco lhe atribuiu ao afirmar ter «um significado profundo».

«Dizia o Primeiro-Ministro na sua intervenção na Moção de Censura: «É o PS que deve ser censurado pela sua aliança com os comunistas e não o Governo legítimo de Portugal». E agora, senhor Primeiro-Ministro o que diz, quando o povo de Lisboa, em vez de censurar a Coligação, a elegeu para a direcção dos destinos da cidade; em vez de condenar a Coligação, condenou o Governo e o PSD que liderou a candidatura de Marcelo Rebelo de Sousa?», perguntou o deputado do PCP, para logo chamar a atenção para um facto que considerou «indesmentível»: «depois de ter perdi-



do apoio social a direita e o PSD passaram a ser claramente minoritários no País, em eleições em que o professor Cavaco Silva, o Governo e o PSD se envolveram profundamente».

### Importante lição

Referenciando alguns destes envolvimento protagonizados por conhecidas figuras do partido governamental, o deputado do PCP lembrou as «diatribes e insultos» proferidos ali mesmo, na Assembleia, entre outros, pelos deputados Montalvão Machado, Duarte Lima, Pacheco Pereira («fica-lhe bem o terceiro lugar em Loures», ironizou João Amaral), Luís Filipe Menezes, acrescentando por último à lista o «Dr. Vasco Graça Moura da maré vermelha».

Neste quadro, na perspectiva do parlamento comunista, os resultados eleitorais evidenciavam que a «Coligação, a convergência democrática, designadamente entre comunistas e socialistas, não só não afasta apoios e eleitores como abre perspectivas mais largas de entusiasmo, mobilização e vitória».

Afirmando estar-se em presença de uma «importante lição», João Amaral realçou por outro lado o facto de «hoje, as forças do campo democrático», serem «mais fortes», serem «numericamente maioritárias».

«O Partido Socialista, disse aparecendo na opinião pública desligado da direita e em combate à direita, regista um avanço notório, ganha câmaras muito populosas, com destaque para o Porto, Gaia, Coimbra, Faro e Guima-

rães» e alcança «32 por cento nos concelhos em que concorre sozinho».

### CDU: resultados globalmente positivos

Ao apreciar os 14,6 por cento obtidos pela CDU nas eleições para as assembleias municipais, «as que reflectem mais fielmente a influência de cada força política», João Amaral considerou que não obstante representarem «uma descida em relação a 1985», constituem «uma votação superior às mais recentes, comportando o aumento do número absoluto de votos na CDU em relação às legislativas de 87 e às eleições para o Parlamento Europeu de 89». «Por isso, enfatizou, são um desmentido a uma intensa campanha que continua a profetizar o colapso do PCP e constituem uma base para prosseguir o esforço de recuperação eleitoral do PCP e da CDU».

Ao pôr em relevo as 50 presidências de câmaras obtidos pela CDU (mais três do que as que dispunha) e a sua conquista de 339 presidências de freguesias em número superior as que detinha anteriormente (isto sem incluir 21 no quadro da Coligação Por Lisboa e dez no quadro das coligações PCP/PEV/PRD), João Amaral quis ainda por fim sublinhar o carácter «globalmente positivo» dos resultados obtidos, observando a este respeito que eles «refutem, para quem duvidasse, qualquer leitura bipolarizadora», abrindo simultaneamente caminho «à possibilidade real de uma alternativa democrática».

## Nota do Gabinete de Imprensa do PCP As percentagens eleitorais

Verificando-se que alguns órgãos de informação, no contexto de referências aos resultados eleitorais, têm vindo a atribuir à coligação PCP-PEV uma percentagem de 12,8 por comparação com 19,4% obtidos em 1985, o Gabinete de Imprensa do PCP esclarece:

1. Essa referência a uma votação de 12,8% parte do princípio de que a Coligação PCP-PEV teria concorrido a todos os municípios, o que efectivamente não aconteceu. Aliás, os concelhos em que a coligação não concorreu autonomamente representam cerca de 10% do eleitorado nacional. O próprio mapa oficial dos resultados finais indica também as percentagens de 3,65 para a coligação PS-PCP-MDP-PEV e 0,46%

para a coligação PCP-PEV-PRD.

2. Para se poder fazer uma comparação objectiva entre os resultados das eleições autárquicas de 1985 com as de 1989 é necessário comparar universos eleitorais iguais, isto é, comparar os resultados obtidos pela coligação PCP-PEV nos 302 concelhos em que concorreu em 1989 com os resultados que obteve nos mesmos 302 concelhos em 1985. Os números serão os seguintes para Câmaras e Assembleias Municipais, respectivamente: 18,4% e 18,9% em 1985 e 14,1% e 14,6% em 1989.

3. Supondo que a coligação PCP-PEV também tivesse concorrido em Lisboa, Setúbal e Covilhã e que, nestes concelhos, se registasse a

mesma evolução média do eleitorado que ocorreu no resto do País, então a votação global da Coligação PCP-PEV seria de 15,6% correspondendo aos votos de 770 000 eleitores.

4. Nestes termos, a descida percentual de votos da co-

ligação PCP-PEV não atinge a dimensão que se poderia inferir das comparações que de forma errónea têm sido feitas.

22 de Dezembro de 1989  
O Gabinete de Imprensa do PCP

## Plenário de militantes em Vialonga

Hoje, dia 28, às 21.30h, realiza-se no Centro de Trabalho do PCP em Vialonga um plenário de militantes.

O plenário tem como ordem de trabalhos o balanço das eleições e a preparação de tarefas futuras, pelo que se apela à participação de todos os camaradas daquela organização.

Poder Local

# PCP analisa resultados eleitorais na RA da Madeira

Os resultados das eleições autárquicas na Região Autónoma da Madeira constituem uma importante derrota do PSD e um avanço das forças democráticas — considera a Direcção Regional do PCP, destacando o facto de o partido do Governo ter perdido a hegemonia que detinha no poder local desde há 10 anos.

tos que nas eleições regionais de 1988 — refere a DORAM, sublinhando que «a derrota do PSD é também a derrota do Governo da região e do seu presidente, que se empenhou directamente na campanha eleitoral».

Para a Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira do PCP os números de 17 de Dezembro mostram que «foi errada a opção do Partido Socialista em se aliar com o CDS» e que

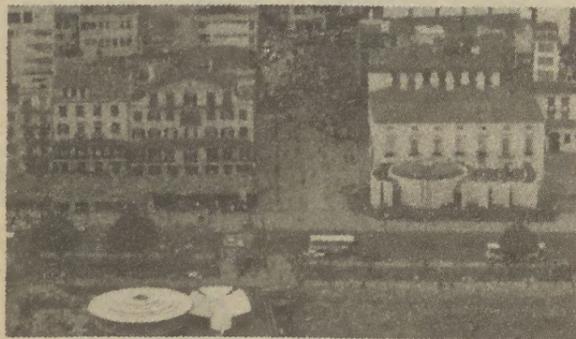
sua reunião. A Direcção Regional da Madeira do PCP refere que as forças da Coligação Democrática Unitária baixaram a sua votação, relativamente a 1985, em cerca de mil votos, perdendo os 4 eleitos nos órgãos autárquicos. Registando a descida mais significativa no concelho de Santa Cruz, a DORAM destaca com aspectos positivos a obtenção de um mandato na AF do Curral das Freiras e as «elevadas subidas» de votação nos concelhos de Câmara de Lobos e Machico. Nas eleições de 17 de Dezembro, salienta o organismo de Direcção do PCP na Região Autónoma da Madeira, o número de votos obtidos ultrapassou os índices de 1987, para a Assembleia da República, e de Junho de 1989, para o Parlamento Europeu.

Entre as razões apontadas para estes resultados da CDU a DORAM refere o «voto útil» na coligação PS/CDS e a alteração do símbolo da coligação PCP-PEV, notando que o MRPP, «sem qualquer razão lógica, no Funchal obtém uma votação quatro vezes superior à sua votação habitual».

Os resultados de 17 de Dezembro — afirma a Direcção Regional do Partido, a concluir, «abrem perspectivas favoráveis ao prosseguimento da luta pela unidade e convergência das forças políticas e sectores democráticos, condição indispensável para, em próximas eleições, se criar uma alternativa democrática e credível à política do PSD na RA da Madeira».

«a convergência das forças democráticas teria permitido retirar ao PSD mais presidências de Câmara, particularmente do Funchal». A DORAM regista que a subida da coligação PS/CDS no Funchal é «significativamente inferior» à subida do PS nos concelhos onde concorreu sozinho, «o que demonstra que, no essencial, o Partido Socialista nada ganhou em se ligar com um partido de direita».

«Contrariamente aos resultados nacionais, que consideramos globalmente positivos, os resultados da CDU na região são negativos» — afirma-se no documento que a DORAM divulgou em conferência de imprensa após a



Reunida no dia 21 de Dezembro, a DORAM do PCP concluiu que os resultados eleitorais «confirmam plenamente que através da unidade das forças democráticas, e não destas com as forças de direita, é possível derrotar o PSD». A Direcção Regional do Partido classifica ainda como «globalmente negativos» os resultados da CDU na Madeira, realçando aspectos positivos.

O PSD, que continua a ser o partido maioritário na região, perdeu nestas eleições, em relação às autárquicas de 1985, cerca de 4500 votos, ficando com menos 2 câmaras e 3 juntas; por outro lado, teve agora menos 20 mil vo-

## Setúbal: luz verde ao desenvolvimento

«Em relação ao quadro eleitoral de 1985, a CDU saiu reforçada, com a vitória em mais uma Câmara, criando assim a possibilidade de, no distrito de Setúbal, se continuar a seguir uma política de desenvolvimento, trabalhando na resolução dos justos anseios das populações, com honestidade e competência» — desta forma comentava o gabinete de imprensa da Direcção Regional de Setúbal do PCP, no próprio dia das eleições, os resultados de 17 de Dezembro.

Na nota divulgada à comunicação social, enquanto se considerava que a coligação «Desenvolver Setúbal» não obteve na capital sadina um bom resultado eleitoral, registava-se que a CDU no distrito de Setúbal manteve a presidência em 11 câmaras e ganhou a presidência da CM do Montijo.

## Resultados em Ourique

Devido a um lapso de paginação, não foram incluídos nas listas dos resultados eleitorais publicadas no "Avante!" da passada semana os resultados para a Câmara Municipal de Ourique que foram os seguintes:

### OURIQUE

INSCRITOS: 7253 VOTANTES: 4 559/62,86%

BRANCOS: 73/1,60% NULOS: 65/1,43%

	VOTOS	%	MANDATOS
PCP/PEV	1575	34,37	2
PS	1310	28,73	1
PSD	1536	33,69	2

PRESIDENTE DA CÂMARA - PCP/PEV - José F. Estevens

# ALVARO CUNHAL

## desenhos da prisão

### II Série



Desenhos da Prisão foram publicados pela primeira vez pelas Edições «Avante!» em 1975 no quadro das iniciativas de recolha de fundos para o Partido Comunista Português. Foram executados de 1951 a 1959 nas cadeias da Penitenciária de Lisboa, onde Álvaro Cunhal passou sete anos de rigoroso isolamento, e do Forte de Peniche, de onde de evadiu em 3 de Janeiro de 1960.

Tendo-se esgotado a edição e havendo sugestões para uma reedição considerou-se ser de maior interesse editar uma colecção de desenhos ainda não publicados.

edições  
Avante!

2900\$00

## Trabalhadores

# Plenário da CGTP aprova plano ambicioso para iniciar uma década decisiva

«A década de 90 vai ser decisiva para os trabalhadores, pelo que se torna fundamental promover a convergência como forma de alcançar um melhor nível de vida» - afirmou Manuel Carvalho da Silva na conferência de imprensa em que apresentou as conclusões do plenário nacional de sindicatos da CGTP-IN, realizado no dia 21 de Dezembro, no teatro Villaret. No plenário foi feito um balanço da actividade sindical em 1989, considerada «extremamente

positiva», e foi traçado um plano «ambicioso» para 1990.

O plano para o próximo ano prevê - informou o coordenador da Inter -, entre outros vectores, o incremento da acção reivindicativa, o reforço da CGTP e uma maior intervenção da central a nível internacional.

## Melhores salários!

No plenário foi aprovada uma moção em que se defende a necessidade de promover um desenvolvimento económico articulado com uma política social que garanta progressivamente a

aproximação do padrão de vida dos trabalhadores portugueses dos níveis mais elevados que se observam na generalidade dos países da CEE.

No documento considera-se «socialmente injusto, num período em que se verifica um crescimento económico superior ao da média dos países da CEE, que centenas de milhares de trabalhadores tenham ainda vencimentos idênticos ao salário mínimo».

Na conferência de imprensa Carvalho da Silva citou dados recentes do Banco de Portugal e da Comissão das Comunidades, os quais demonstram - como o plenário da CGTP sublinhou - que os salários dos trabalhadores

portugueses não se estão a aproximar da média praticada pelos outros países da CEE. «Este facto está a provocar o agravamento do fosso existente entre os níveis salariais dos trabalhadores portugueses em relação aos restantes países europeus» - realçou o coordenador da CGTP.

Pretendendo alterar esta situação para melhor, do ponto de vista dos trabalhadores, a Intersindical Nacional aprovou, no plenário de sindicatos, a reivindicação da **atualização do salário mínimo nacional para 37 mil escudos** na indústria e serviços, com a progressiva aproximação dos valores dos salários mínimos dos trabalhadores rurais e do serviço

doméstico. A CGTP exige ainda o aumento de todas as prestações sociais em, pelo menos, 16 por cento, com a passagem do valor do abono de família para 2500 escudos por cada filho.

Durante 1989 «estiveram em luta milhares de trabalhadores de diversas áreas profissionais e, apesar das dificuldades, o balanço é positivo» - afirmou Carvalho da Silva aos jornalistas: «Conseguiu-se a elevação dos níveis de contratação colectiva, o crescimento da massa salarial global, bem como a salvaguarda de numerosos postos de trabalho e a conquista para muito trabalhadores de subsídios de refeição».

O Governo, por seu turno, «fez batota, ao impor referen-

ciais de inflação falsos, mas o movimento sindical conseguiu desmontar essas manobras e provocar o protesto generalizado dos trabalhadores» - disse o dirigente da CGTP.

«A derrota do PSD representa a condenação pelo voto da política social do executivo de Cavaco Silva», afirmou ao comentar os resultados das eleições para os órgãos das autarquias locais.

Carvalho da Silva informou ainda que o plenário de sindicatos congratulou-se com a vitória da coligação «Por Lisboa» nas eleições de 17 de Dezembro e condenou o apoio dado pelo Governo português à invasão do Panamá pelas tropas norte-americanas.



Mais «enredados» os pescadores

## Pescas

## Federação opõe-se ao Conselho da CEE

### • Pedida audiência ao ministro Barreto

A Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca (FSSP) condena a escassez das quotas de pescado atribuídas ao nosso país pelo Conselho de Ministros da CEE para aquele sector.

Não podendo «ficar indiferente», como afirma, perante essa decisão, a Comissão Executiva daquela organização sindical enviou aos órgãos de comunicação em 22 do corrente uma nota em sete pontos que passamos a transcrever:

1. A decisão do Conselho de Ministros das Pescas da CEE põe em causa os interesses portugueses, uma vez que a nossa frota bacalhoeira fica na prática impossibilitada

de pescar no grande banco da Terra Nova.

2. Na pesca do largo, e nomeadamente nesta região atlântica, trabalham largas centenas de trabalhadores, que assim vêem o seu futuro comprometido.

3. O Governo português deve exigir a revisão dessa decisão, de modo a acatela-rem-se interesses nacionais.

4. O Governo português deve ainda, numa atitude patriótica e na defesa dos interesses nacionais, que deste modo estão em causa, recorrer ao Tribunal Europeu.

5. Lamenta esta Federação que as pescas sirvam como moeda de troca. A cooperação e desenvolvimento que todos desejamos não deverá

implicar cedências desta natureza.

6. Perante a gravidade da decisão tomada pelo Conselho de Ministros da CEE, solicitou hoje (22.12) esta Federação ao sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação uma reunião de carácter urgente, a fim de ser debatida esta questão. Propusemos ao sr. Ministro que a reunião se realize entre o MAPA (Ministério), esta Federação e as Associações de armadores ADAPI e ADAPLA.

7. A situação com a qual nos confrontamos agora confirma a justeza das posições defendidas pela Federação ao longo destes anos - conclui-se na nota que, na íntegra, se acaba de transcrever.

## Interjovem Encontro com espanhóis

Segundo uma breve nota do Gabinete de Imprensa da CGTP-IN, a integração profissional dos jovens deficientes foi tema em foco numa recente reunião da Interjovem/CGTP-IN e do Departamento de Acção Social das Comisiones Obreras, de Espanha.

No período da reunião, realizada na capital portuguesa entre 18 e 21 de Dezembro, as duas organizações tiveram encontros com a Comissão Executiva da Central, com o Conselho Nacional da Juventude, com a União Coordenadora Nacional das Organizações de Deficientes (UCNOD) e com a direcção de uma CERCI que visitaram.

O departamento de informação da CGTP-IN sintetiza assim duas das principais conclusões assumidas pela Interjovem e pelas Comisiones Obreras:

«As duas organizações concluíram ser necessária a tomada de medidas em diversos níveis (ensino, habitação, formação profissional, emprego, etc.) que conduzam a uma plena integração dos deficientes na sociedade para o que é fundamental a efectiva eliminação das barreiras arquitectónicas.

«A nível da formação profissional, as duas organizações realçam a necessidade, por um lado, do reforço na preparação dos jovens na sua futura integração no mercado do emprego e, por outro lado, de se desenvolverem acções de sensibilização das instituições que fazem formação profissional, estabelecendo-se uma quota de preparação de deficientes nessas acções, devendo tal medida partir dos centros de formação profissional do Estado, até como forma de dar o exemplo.»

### Emprego e Carta Social

Entretanto, no que respeita ao plano do emprego para deficientes, tendo em conta que é moral e socialmente

justo o emprego de deficientes, foi realçada a importância da existência de mecanismos que incentivem a admissão de deficientes e da necessidade do estabelecimento de quotas mínimas de empregabilidade para deficientes.

Na análise do conteúdo da Carta Social Europeia foi criticada a inexistência de mecanismos dirigidos à protecção dos interesses dos grupos de deficientes tendo-se concluído pela necessidade das organizações sindicais dos países comunitários encontrarem plataformas de estudo e acção sobre estas matérias.



Este ano, no Primeiro de Maio, em Lisboa

## Comunicado da ASP/PSP

A Associação Sócio-Profissional da PSP, com sede nacional em Lisboa, fez distribuir publicamente com data de 13 do corrente um comunicado subscrito pelo seu órgão coordenador. Apelando no final para uma «associação forte e unida» capaz de «legalizar a ASP» e «lutar pelos direitos da classe policial», aquele órgão dirigente, depois de referir que «analisou a situação na Polícia», tendo decidido sobre o processo de legalização, afirmou o seguinte:

«1. O Órgão Coordenador exprime a preocupação e descontentamento da classe policial pela incerteza que se mantém em torno dos aumentos de vencimentos que tardam em concretizarem-se, fazendo-se eco do receio geral de que o aumento venha a ser fortemente consumido pelo agravamento da carga fiscal, continuando assim a ser adiada a urgente dignificação da profissão policial.

«2. O Órgão Coordenador considera urgente a abertura

do diálogo, através do restabelecimento de relações normais da ASP com o Governo e hierarquia, tendo em vista a procura em conjunto de soluções para os candentes problemas da classe policial. Nesse sentido vai oportunamente solicitar encontros com o sr. Ministro da Administração Interna e sr. Comandante Geral.

«3. O Órgão Coordenador analisou os passos a dar para a legalização da ASP/PSP- Associação Sócio-Profis-

sional da PSP (sigla que o Secretário Nacional decidiu manter, feitas as necessárias adaptações ao novo quadro legal), tendo decidido o registo dos seus estatutos a curto prazo e a realização de uma Assembleia Geral no 1.º trimestre de 90.

«Tendo presente a urgência da conclusão do novo quadro legal, o Órgão Coordenador apela para o Governo, no sentido da concretização, no mais curto prazo possível, da regulamentação prevista na Lei e de nela consagrar mecanismos indispensáveis ao desempenho pela nossa Associação das atribuições que lhe são conferidas (locais para reuniões e departamento de informação nos Departamentos Policiais, crédito de tempo para acção associativa, etc., etc.). Só assim o associativismo agora

consagrado estará em condições de, ponderada e responsabilmente, contribuir para o melhoramento da Instituição Policial.

«4. O Órgão Coordenador decidiu ainda elaborar uma carta de reivindicações urgentes a apresentar ao Governo e CG e, nesse sentido, apela a todos os profissionais para que façam chegar à ASP as suas sugestões.

«5. Finalmente, o Órgão Coordenador congratula-se com o dinamismo e crescimento constantes da ASP e lança um apelo a todos os profissionais que ainda não são sócios para que se inscrevam.

«Da nossa força e unidade vai depender a resolução de muitos problemas que hoje nos afectam».

(N. da R.: Os sublinhados são os do original)

## Sinistralidade

## Higiene e segurança continua sem política nacional

A CGTP-IN apresentou uma série de propostas consensuais para o funcionamento do Conselho Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho (CNHST), mas continua por definir nesse campo uma política nacional.

O Conselho foi constituído em Fevereiro de 1983. Mas os seus objectivos ficaram no papel. A CGTP afirma mesmo que o respectivo «plano nunca existiu».

Segundo a Central, o CNHST destinava-se a «formular, aplicar e avaliar a política nacional de prevenção e dar parecer sobre o plano nacional de segurança e saúde dos trabalhadores, ambiente de trabalho» e diversos programas relacionados com esse plano.

«Uma tal política, acrescenta a CGTP, nunca chegou a ser formulada e, por via disso, o plano nunca existiu».

### Órgão tripartido de 3 em 3 meses

No melhor dos casos, como órgão tripartido que é (Governo, patronato e sindicatos), o Conselho poderia ter uma acção muito mais «relevante e positiva», designadamente em matéria de prevenção. Mas, no melhor dos casos, como se disse, só funciona de três em três meses e a sua acção é ineficaz, sublinha a CGTP, «uma vez que os ministérios se fazem representar nele por pessoas a quem não são dados poderes de decisão».

### É necessária uma lei de bases

A CGTP recorda que desde a primeira hora apresentou ao Conselho uma série de propostas que mereceram consenso e tinham por objectivo as onze propostas que acabaram por ser apro-

No entender da CGTP, isso «revela uma clara falta de vontade política» e o Governo deve ser responsabilizado pela ineficácia que se verifica.

Acrescenta a Central Sindical que em toda a sua existência o CNHST (Conselho Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho) «aprovou 11 resoluções, mas nem uma só conseguiu levar à prática».

Se nos lembrarmos de novo que o Conselho foi criado em 1983, é realmente caso para dizer que tudo tem ficado pelas intenções. As diversas «comissões técnicas», entretanto constituídas, é certo que fizeram algumas recomendações; mas foram ignoradas.

Comenta a CGTP: «Em suma, não se sai da cepa torta. O Conselho Nacional de Segurança e Higiene no Trabalho fez, em 1983, um diagnóstico da situação a nível do país. Entretanto, em 1984, o Relatório de Missão Multidisciplinar do PIACT (Programa Internacional para Melhorar das Condições e do Ambiente de Trabalho-OIT) pôs o dedo em muitas feridas, fez recomendações e apresentou sugestões. De nada valeu».

### É necessária uma lei de bases

A CGTP recorda que desde a primeira hora apresentou ao Conselho uma série de propostas que mereceram consenso e tinham por objectivo as onze propostas que acabaram por ser apro-

vadas, mas não tiveram até agora qualquer efeito.

Essas propostas são, entre outras: definição da política nacional de prevenção; elaboração de um plano e de um programa de prevenção dos riscos profissionais; elaboração do regulamento geral de higiene e segurança para a agricultura; elaboração do novo regime jurídico de reparação social dos acidentes de trabalho e doenças profissionais.

A CGTP-IN continua, no entanto, a insistir na «necessidade de ser formada uma comissão com a incumbência de elaborar a Lei de Bases de Prevenção. Tudo esbarra, porém, na inoperância do Governo».

Um exemplo: o secretário de Estado adjunto do ministro do Emprego e Segurança Social, Silva Penada, que é também presidente do CNHST, «prometeu que essa lei estaria pronta no final do ano. Quando a CGTP-IN, na última reunião, quis saber como iam os trabalhos da comissão, o secretário de Estado informou que só estaria concluída no final de 1990».

Através do seu gabinete de Imprensa, conclui a CGTP: «Resultado: vamos entrar num novo ano sem que, tal como tem acontecido ano após ano (de há quase sete para cá), haja um plano de higiene e segurança no trabalho. E é urgente tomar medidas e fazer aplicá-las. Na melhor das hipóteses, só ao fim de oito anos haverá Lei de Bases.

## Médicos e Ministério Acta e não acordo na reunião

O Ministério da Saúde elaborou em 22 do corrente uma acta e não um acordo com a Federação sindical representativa dos médicos, FNAM.

No dia seguinte, o Sindicato dos Médicos da Zona Sul, com sede em Lisboa, acrescentava que essa acta, à qual a RTP e outros «serviços noticiosos» chamaram acordo, «contem os pontos acordados e as questões de divergência nacional».

Segundo a direcção do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, «se a nível dos

projectos das carreiras subsistiram poucos aspectos de divergência, já nas grelhas salariais a FNAM considerou-as bastante insuficientes e contendo inaceitáveis distorções na sua aplicação inicial».

Acrescenta ainda o mesmo Sindicato que, «por outro lado, o Ministério da Saúde comprometeu-se a salvaguardar na futura Lei de Bases de Saúde, o actual conteúdo do artigo 10.º (sobre as incompatibilidades) do projecto de carreiras, impedindo o seu desvinculamento».

### O Ministério compromete-se

A direcção sindical do Sul, que faz parte da FNAM, ao destacar o facto de ter havido uma acta e não um acordo com o Ministério, realça o facto de aquela pasta governamental se ter comprometido a discutir «a curto prazo» algumas questões como o di-

ploma de formação/internatos; medidas que contribuam para a viabilização do exercício profissional, após o termo do internato complementar frequentado em regime de dedicação exclusiva; questões relativas às conversões; situação dos médicos provenientes de outros países da CEE; e a situação dos médicos contratados e prestadores de serviços.

## PANAMÁ Protesto da CGTP

Em 20 do corrente, o Conselho Nacional da CGTP emitiu a seguinte nota de protesto pela «agressão militar dos Estados Unidos» contra a República do Panamá:

«A CGTP-Intersindical Nacional protesta energicamente contra a intervenção militar dos EUA no Panamá. Tal acto de barbárie e de inadmissível agressão a um Estado soberano, cometido pelo Governo dos Estados Unidos da América, viola os tratados internacionais, subscritos no âmbito da ONU e da Organização dos Estados Americanos (OEA), e atenta contra o

espírito das novas relações internacionais e dos esforços que têm sido feitos pela URSS e pelos próprios EUA no sentido da diminuição dos focos de tensão regionais e de todos os conflitos, como recentemente foi reafirmado na cimeira de Malta.

«A CGTP-IN exige a imediata retirada das forças militares norte-americanas do Panamá e o respeito pelos direitos do povo panameniano de decidir sobre o seu próprio destino, sem interferências externas e muito menos agressões militares».

## ROMÉNIA CGTP condena

O Conselho Nacional da CGTP-IN, numa nota à Imprensa do passado dia 20 condena os acontecimentos em curso na Roménia.

«É o seguinte o teor da nota enviada aos jornais:

«Face aos graves acontecimentos que se estão a veri-

ficar na Roménia, a CGTP-IN condena veementemente autoridades e Governo desse país que, através da violência, tentam silenciar as minorias étnicas, os justos anseios do povo e trabalhadores romenos aos seus direitos, à liberdade, à democracia e a uma vida melhor».

PCP

**Reunião da coordenadora nacional no próximo dia 11, em Lisboa**

# Campanha dos 150 mil arranca em força no início do novo ano de 1990

**1990** está aí. Um novo ano com novas tarefas para os militantes comunistas em todo o País. É o caso da campanha dos 150 mil contos para a compra dos terrenos da Festa do «Avante!» – a Quinta da Atalaia, no concelho do Seixal. Embora nos últimos meses de 1989 esta campanha tenha já ensaiado uma movimentação inicial (presença na própria Festa do «Avante!» em Loures, realização de um magusto-convívio já nos terrenos da Atalaia, arranque do trabalho de divulgação e propaganda, envio de cartas, recolha dos primeiros fundos, etc), a verdade é que é agora em Janeiro de 90 que esta nova responsabilidade do Partido vai avançar em força, destacando-se para já a reunião da Comissão Coordenadora nacional no próximo dia 11 (uma quinta-feira), em Lisboa.

A importante reunião tem sido preparada por um «executivo» que reúne regularmente na Soeiro Pereira Gomes e que chama a atenção para a necessidade de cada organização do Partido, a nível regional ou distrital, destacar um responsável pela campanha que além de participar no encontro do dia 11 acompanhe o desenvolvimento da campanha. Aliás, questões relacionadas com a sua planificação estarão em foco na ordem de trabalhos prevista.

A reunião está marcada para as 14.30 h, no CT da Soeiro Pereira Gomes.



Por ocasião do aniversário do Partido (Março), os terrenos da Festa do Avante!, na Quinta da Atalaia, poderão acolher um animado convívio festivo e mais uma oportunidade para que os militantes e amigos do PCP e da Festa do Avante!, conheçam o acolhedor recinto, lá para as bandas do Seixal

■ JPO

## Definir metas, avançar com imaginação

De âmbito nacional, a campanha dos 150 mil contos para a compra dos terrenos da Festa do Avante! vai avançar com o trabalho, a criatividade, a imaginação, o esforço e o empenhamento das organizações do Partido em todo o País.

Contactando militantes e amigos do Partido e da Festa. Promovendo iniciativas. Procurando ajudas solidárias. Divulgando a campanha.

Explicando os seus objetivos.

O êxito implica muito trabalho.

Implica organização, definição de metas e objetivos. Acção dinâmica de comissões, grupos, equipas de trabalho. O desafio está lançado. Ano de novas lutas, de continuação de um combate

contra a política cavaquista, ano de realização de um Congresso do Partido, 1990 é também um ano de apoio vivo e determinado à Festa do Avante!, iniciativa com lugar marcado no calendário da vida cultural, desportiva e política do nosso país.

## Divulgar, promover

Levar a campanha a todos os pontos do País é uma tarefa de primeiro plano. Tanto ao nível das organizações como dos organismos centrais, a campanha dos 150 mil começa a movimentar ideias, planos e acções: do cartaz à targeta, do desdobrável ao vídeo, da exposição ao espectáculo musical passando pelos outros «instrumentos» que a imaginação e a criatividade produzam, tendo como objectivo fundamental levar mais longe a notícia da campanha e a necessidade de a desenvolver. Nas próximas semanas o Avante! divulgará as novidades...

### Uma iniciativa especial

Uma campanha como esta dos 150 mil vive necessariamente das iniciativas que se promovam e que possibilitem uma significativa recolha de fundos. Soubemos que por ocasião do aniversário do Partido (Março) poderá vir a realizar-se nos terrenos da Atalaia uma iniciativa especial, com um programa muito aliciente e com vários «argumentos de peso» que podem suscitar o interesse e a deslocação de muita gente. Nem que seja necessário organizar excursões... Brevemente voltaremos ao assunto.

### A prestações também é possível

A compra dos Títulos de Participação também pode decorrer no sistema de prestações. Nesse caso é aconselhável que, em geral, a sua entrega seja feita apenas com a última prestação e que as prestações parciais sejam feitas contra recibo.

### E as listas de fundos?

Outra questão que tem surgido nesta fase da campanha relaciona-se com a contribuição de muitos camaradas e amigos que, independentemente de terem ou não possibilidades de adquirir os Títulos, desejam ajudar a campanha. As organizações podem, naturalmente, dinamizar a recolha de fundos através de listas apoiadas com o necessário controlo e dinamismo.

### A conta bancária da campanha

Recordemos uma vez mais o número da conta bancária da campanha dos 150 mil: trata-se do 9956/210/0128198 – agência da sede do Banco Nacional Ultramarino (BNU), em Lisboa. É aqui que as organizações, regularmente, depositam os fundos obtidos nas diversas zonas do País.

### Títulos de Participação

«É com o vosso reconhecido amor à Festa do «Avante!», ao seu insubstituível papel nas grandes manifestações culturais, artísticas, desportivas, naturalmente também políticas, no seu avanço que contamos convosco. E aqui o nosso apelo: adquira Títulos de Participação, interesse na sua subscrição cada um dos seus amigos, promova a sua aquisição. Vão dos 1 000 aos 5 000, 10 000, 25 000, 50 000 e 100 000 escudos. E no próximo futuro a Festa do «Avante!» brilhará como nunca no terreno que é nosso. De que não mais receberemos «ordem de despejo».

«Os Títulos de Participação» poderão ser adquiridos através das organizações do Partido Comunista Português. Mas, se o desejar, poderá enviar as suas contribuições para a Rua Soeiro Pereira Gomes, n.º 1, 1699 Lisboa Codex, em troca dos quais enviaremos os correspondentes títulos» (...)

(Da carta-apelo da Coordenadora da campanha, que continua a ser enviada a militantes, amigos do Partido e outros democratas)



Internacional

URSS

# Congresso do Povo aprova programa económico

Em vésperas de Natal, terminou os seus trabalhos o II Congresso dos Deputados do Povo da URSS, tendo sido aprovado o programa do governo soviético para o saneamento da economia - objectivo prioritário e fundamental para a própria evolução da perestroika.

O Congresso fez alterações à Constituição soviética, em particular no que se refere à criação de um outro quadro eleitoral para as eleições para os soviets das Repúblicas e a nível de poder local.

O Congresso aprovou ainda o relatório de uma comissão parlamentar, presidida por Alexandre Iakovlev, que aponta como «juridicamente nulos» todos os protocolos secretos assinados pela Alemanha e a União Soviética em 1939 e 1940, e directamente relacionados com as Repúblicas do Báltico.

Os mais de dois mil deputados, aprovaram a criação de um Conselho Constitucional, que deverá garantir os direitos constitucionais de cada cidadão.

Aprovada ainda uma mensagem ao povo soviético, apelando à unidade em torno das ideias e objectivos da perestroika.

Na sequência dos trabalhos do Congresso, Leonid Abalkine, vice-presidente do Conselho de Ministros da URSS, lançou um apelo ao realismo dos soviéticos, ao referir-se aos planos do governo de aumentar em 17%

os rendimentos reais da população.

Dando resposta a posições que consideravam insuficiente este aumento, Abalkine afirmou que o índice proposto pelo governo resultou de estudos e cálculos escrupulosos e que se este for alcançado dará um forte impulso moral e material à perestroika.

Abalkine considerou ainda que o programa governamental de saneamento da situação económica da URSS, agora aprovado pelo Congresso dos deputados, e no concreto o novo plano quinquenal, é o primeiro verdadeiramente equilibrado e realista, pois foi minuciosamente debatido, tanto por economistas como pelo Congresso.

O vice-presidente do Con-

selho de Ministros da URSS sublinhou a procura de «um novo modelo de plano de desenvolvimento económico e social baseado na escolha de uma série de programas específicos e na determinação das prioridades sociais, económicas e técnico-científicas do país».

## CC do PCUS reúne de emergência

O Comité Central do PCUS reúne-se de emergência para analisar a situação criada no seio do Partido Comunista Lituano.

O Congresso do PC Lituano decidiu a separação daquele partido do PCUS. Recorde-se que a direcção do PCUS por diversas vezes tem alertado contra a «federalização» do partido.

Entretanto, cerca de 160 delegados ao 20.º Congresso do PC Lituano, que votaram contra a saída do PCL do Partido Comunista da URSS, realizaram uma reunião alternativa, em que decidiram criar um «bureau» encarregado de preparar uma conferência dos comunistas favoráveis à manutenção do Partido Lituano no quadro do PCUS. Calcula-se que cerca de 25% da organização partidária da Lituânia apoiaria esta posição.

# Cimeira dos Oito

A cimeira africana dos «oito», que teve início dia 27 em Luanda, poderá permitir «novas iniciativas tendentes a uma melhor implementação dos acordos que foram assumidos em Gbadolite», disse o porta-voz da reunião dos presidentes dos países africanos de língua oficial portuguesa.

O porta-voz, que é o ministro cabo-verdiano dos negócios estrangeiros, Silvíno da Luz, anunciou que a sessão de terça-feira da cimeira que decorre na Cidade da Praia, o presidente José Eduardo dos Santos informou que o grupo dos «oito» já encetou diversos contactos com vários países e reuniu em Luanda para apreciar o conjunto de acções empreendidas até ao momento.

A cimeira africana dos «oito» vai também debruçar-se sobre um plano do Departamento de Estado dos Estados Unidos sobre a paz em Angola, que foi considerado pelo presidente José Eduardo dos Santos «não se adaptar aos princípios aceites em Gbadolite nem aos princípios soberanos da Constituição angolana».

O chefe de Estado angolano informou também aos restantes homólogos que a situação de impasse verificada no processo de paz em Angola se deve sobretudo à recusa da UNITA em não assumir os entendimentos de Gbadolite e pela atitude do departamento norte-americano de estabelecer exigências.

Como prova dessa ingerência norte-americana, José Eduardo dos Santos apontou



as recentes declarações de uma «alta individualidade» dos Estados Unidos, em passagem por Brazzaville, que são atentatórias aos acordos de Gbadolite e aos princípios fundamentais da soberania da República Popular de Angola.

De acordo ainda com o porta-voz da reunião, do ponto de vista do presidente angolano e de todos os outros reunidos na Cidade da Praia, «é evidente a disponibilidade dos «oito» na procura de soluções para a situação na República Popular de Angola».

Segundo afirmou, o grupo dos «oito» têm mantido aturados contactos entre si e com outros países com posições «não consentâneas com a República Popular de Angola», para que da reunião de Luanda possam sair medidas que a serem implantadas, «poderão conduzir a uma evolução positiva do processo de paz em Angola».

## ONU aprova auxílio

A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou no último fim-de-semana em Nova Iorque, uma proposta de resolução sobre a assistência internacional para a reabilitação económica da República Popular de Angola.

O documento, subscrito por cinquenta países membros das Nações Unidas, foi apresentado pelo representante da Jugoslávia que sublinhou as graves consequências que a economia angolana vive, assim como os esforços que este país desenvolve para a resolução do problema.

Não houve votos contra a aprovação do referido documento que contou com duas abstenções, nomeadamente a dos Estados Unidos e de Israel.

Os signatários da referida proposta afirmam-se profundamente preocupados com o sofrimento humano neste país, e a destruição de bens em consequência das acções de agressão e desestabilização do regime do apartheid.

Portal motivo, reconhecem a urgente necessidade de se prestar assistência para a reabilitação económica, assim como são de opinião que a mesma deve ser assumida pela comunidade internacional.

Recordam igualmente todas as anteriores resoluções do Conselho de Segurança, que entre outras questões solicitava a ajuda internacional para este país, e expressam a opinião de que Angola deve receber uma indemnização apropriada pelos danos materiais que sofreu.

# As vias de desenvolvimento da economia soviética

«Estamos, hoje como nunca, perante a necessidade de ponderar minuciosamente e escolher as vias certas do futuro desenvolvimento», disse Nikolai Rijkov, ao apresentar o plano do governo para o saneamento da economia soviética ao Congresso dos Deputados do Povo da URSS.

Um relatório que reflecte muito das realidades e problemas da URSS, hoje, das perspectivas que se avançam.

Por isso nos pareceu útil, aqui transcrever algumas partes da intervenção de Rijkov.

## Análise dos problemas

A lógica de um programa de regeneração da economia nacional impôs a necessidade de analisar a fundo os problemas existentes e as possibilidades de melhorar a situação sumamente difícil.

Esta última caracteriza-se por uma vasta gama de contradições graves e entrelaçadas que temos de resolver. As finanças do país estão em desordem. Os investimentos padecem de uma doença crónica. O nível de monopolização da produção é desmedido. Anda a passo lento a reorientação da economia para satisfazer, em primeiro lugar, as necessidades do povo. As infra-estruturas sociais são fracas. Escasseiam os géneros alimentares e outros artigos de consumo. A situação ecológica numa série de regiões é catastrófica. O progresso científico e tecnológico perdeu o dinamismo. As relações económicas externas estão deformadas. A instabilidade afecta numerosos ramos. O ritmo de crescimento económico e, em alguns casos, o volume da produção têm vindo a cair, tendência que dificulta a resolução dos problemas sociais.

Por outro lado, seria injusto qualificar de negativos todos os processos a decorrer na economia nacional.

Há também mudanças positivas, benéficas aos interesses e ao nível de vida do povo. A economia está a virar a face para as necessidades sociais, tendência bem ilustrada pela modificação das proporções entre a produção dos meios de produção e dos artigos de consumo. Têm hoje prioridade os investimentos na esfera social e o desenvolvimento acelerado das respectivas infra-estruturas. As novas formas de actividade económica ganham incremento, embora não tão depressa como seria de desejar. (...)

Todavia, estas mudanças positivas não correspondem às exigências crescentes do povo e, ainda por cima, são neutralizadas, em grande parte, pelos processos negativos na economia. Daí o agravamento da tensão social, o descontentamento da maioria da população com o andamento da perestroika, as reivindicações de dinamizar as reformas económicas e sociais.

## A via escolhida

Foram examinadas três variantes possíveis

de desenvolvimento da reforma. Tivemos que escolher entre a via de pequenas alterações, muito longa, e a decisão de optar imediatamente pela voragem do mercado, sem criar previamente as condições necessárias e reguladoras eficazes. Ambas as variantes foram rejeitadas (...)

O governo optou por uma variante que combina medidas enérgicas para aprofundar a reforma com actos realistas e ponderados a todos os níveis de gestão. A via que escolhemos assenta em medidas para sanear a economia e na prontidão da sociedade para assimilar as reformas radicais (...)

Em que consiste a principal particularidade da via escolhida?

Esta opção assenta na necessidade de concretização inadiável de um conjunto de importantes medidas de carácter estrutural e no domínio dos investimentos para melhorar radicalmente a situação no sector social e resolver as necessidades prementes das pessoas. Para tanto prevê-se centrar os recursos económicos na satisfação das necessidades da população, nomeadamente produção de produtos alimentares e artigos industriais, serviços e habitações, desenvolvimento da saúde pública, melhoria das condições de trabalho e protecção do meio ambiente.

Para tal projecta-se elevar nos primeiros anos do XIII quinquénio a 89-90% a percentagem do rendimento nacional destinado ao consumo corrente e à construção na esfera não produtiva. É evidente que a manutenção deste alto nível de consumo durante muito tempo limitaria fortemente a acumulação orientada para a produção, o que provocaria inevitavelmente a redução correspondente das possibilidades de desenvolvimento contínuo da economia nacional. Por isso, no período seguinte do XIII quinquénio projecta-se reduzir para 87-88% a percentagem do rendimento destinada ao consumo.

## As garantias sociais

As garantias sociais revestem-se de suma importância no novo modelo económico. **No socialismo, a economia de mercado só é aceitável desde que seja combinada organicamente com uma política vigorosa e bem ponderada do Estado, visando preservar e reforçar a segurança social dos cidadãos.** Trata-se de oportunidades iguais para o desenvolvimento livre e harmonioso de cada cidadão, do direito ao trabalho, da garantia de uma vida condigna a todos quantos, por razões diferentes, não estão em condições de trabalhar (...)

O principal objectivo do plano para o décimo terceiro quinquénio é a reorientação da nossa economia e a modernização das suas potencialidades para o bem dos soviéticos e a satisfação das necessidades materiais e culturais do povo. Eis a essência e a finalidade do programa elaborado pelo governo.



A Porta de Brandenburgo, fronteira simbólica entre a capital da RDA e Berlim Ocidental, foi formalmente aberta. Um facto que em si testemunha das novas realidades que se vivem no continente europeu. Também a barreira de arame farpado que ainda separava a RFA e a Checoslováquia, foi simbolicamente cortada pelos responsáveis das relações exteriores dos respectivos países. Entretanto sondagens indicam que 70% dos alemães-federais pensam visitar a RDA no próximo ano.

Internacional

# ROMÉNIA

## Frente de Salvação proclama democracia, liberdade e dignidade do povo

Na capital romena, os manifestantes subiam para os tanques. Apoiados por uma multidão entusiástica, os carros blindados dirigiam-se para o largo do Palácio. Era dia 22, e a rádio e a televisão tinham acabado de anunciar a queda de Ceausescu. Um dia de entusiasmo popular, apesar dos tiroteios que prosseguiram, alimentados por franco-atiradores da antiga «Securitate». Apesar do número terrível de mortos 60 mil em onze dias de repressão do movimento popular, e de uma guerra em que o Exército se bateu também contra a «Securitate».

Nesta fase decisiva de luta do povo romeno — contra um regime ditatorial que invocando o socialismo, se assumiu de facto como sua negação — dia 16 de Dezembro pode ser considerado como um marco.

Nesse sábado, em Timisoara, cidade do Noroeste da Roménia, cerca de cinco mil pessoas desceram à rua para impedir a deportação do pastor protestante Laszlo Toekes, defensor da minoria húngara. Da repressão resultou um verdadeiro massacre, então encoberto pelas autoridades romenas, que não puderam entretanto ocultar completamente que algo de muito grave teria acontecido. Escassos dias depois seria descoberta na cidade uma vala comum com 4630 cadáveres.

De regresso do Irão, Ceausescu ainda comentou os acontecimentos no quadro de uma lógica de desprezo pela vontade popular e do mais puro irrealismo e negação das verdades mais óbvias.

Acusou as «forças pró-fascistas, com a cumplicidade dos imperialistas e dos países reformistas do leste» de promoverem agitação. E justificou mesmo a repressão (desta feita oficialmente confirmada, mas só em termos gerais) pela necessidade de repôr a «ordem» depois dos confrontos «provocados para destruir a independência e pôr fim à construção do socialismo na Roménia»!

Afirmações que vêm aliás na mesma linha das intervenções no congresso, em que se chegou a falar, a propósito das transformações nos países socialistas da Europa, de «maquinação diabólica do imperialismo».

Mas Timisoara, apesar da incrível violência repressiva que se abateu sobre a sua população, era apenas o primeiro momento de uma grande revolta popular.

Dia 22, os acontecimentos sucedem-se a um ritmo vertiginoso.

Em poucas horas, é proclamado o estado de emergência, enquanto a multidão invade o palácio presidencial. O poeta Mircea Dinescu anuncia pela rádio que Ceausescu está em fuga e que a Frente de Salvação Nacional, que inclui militares, assumiu o poder.

O governo demite-se. Prosseguem os tiroteios, mas população e exército conseguem ocupar o edifício do Comité Central, onde se instala o Conselho da Frente de Salvação Nacional.

No fim-de-semana prosseguem os combates. Há milhares de mortos em Bucareste. A situação em Timisoara, onde se luta com os homens do monstruoso aparelho da «Securitate», continua difícil. Sangrentos confrontos registam-se em Brasov.

No Natal, entretanto, vieram notícias da consolidação da situação. É anunciado que Nicolae e Elena Ceausescu foram executados. A Frente

apela ao cessar-fogo e à entrega de armas, para que acabe o derramamento de sangue. O exército afirma controlar todos os pontos estratégicos do país. O Conselho da Frente envia um comunicado às representações diplomáticas em que informa da tomada do poder «à tirania totalitária do clã Ceausescu» e declara que o objectivo é a instauração da democracia, liberdade e dignidade do povo romeno.

### A Frente de Salvação e o seu programa

O Comité da Frente de Salvação Nacional representa o novo poder na Roménia e vai



acusado de ser um «intelectual pequeno-burguês».

O Comité é constituído por 37 membros, desde membros do partido afastados, a figuras anteriormente consideradas como dissidentes, e ainda oficiais do exército, entre os quais se destaca o chefe de Estado-maior, general Stefan Gusa. O pastor protestante Laszlo Toekes, de que a decisão de deportação levou ao levantamento, então esmagado, de Timisoara, também faz parte do Comité da Frente.

Na passada sexta-feira, o novo poder romeno anunciou, através de Ion Iliescu, um programa de acção em dez pontos, que vai nortejar a ac-

vidade do Alto Conselho Militar.

A designação oficial do País deverá passar a ser apenas Roménia.

De momento a situação é ainda difícil, mas os traços gerais da evolução do país já estão delineados. E alinhem-se prioridades.

Em recente entrevista ao «Le Monde», Ion Iliescu afirmou que a reconstrução económica será uma das prioridades do novo poder, após a liquidação dos «grupos terroristas».

### Solidariedade

Logo após a tomada do poder pela Frente de Salvação Nacional, o governo soviético declarou o seu apoio aos esforços do Comité de Salvação Nacional, que reúne no seu seio «forças progressistas».

«A União Soviética está disposta a conceder ao povo romeno e à nova direcção do país uma ajuda humanitária urgente e efectiva para eliminar as consequências trágicas dos últimos dias», afirmou-se na declaração do governo soviético, que salienta ainda: «Os soviéticos estão solidários com o povo romeno que combate pelos ideais da liberdade, da democracia e da dignidade nacional».

Trata-se, muito concretamente, de uma ajuda humanitária, em que estão empenhados todos os países do Tratado de Varsóvia.

E não de uma ajuda militar. A esse respeito, o primeiro-ministro soviético Nikolai Ryjkov, lembrou que «não devemos cometer os mesmos erros do passado».

Na já referida entrevista ao «Le Monde», Ion Iliescu disse:

«Não pedimos ajuda militar à URSS. Estamos em contacto permanente com o Ministério dos Negócios Estrangeiros soviético.

Tanto eles como nós consideramos que a ajuda militar não é necessária».

Entretanto o auxílio alimentar e médico começou a ser canalizado para a Roménia. Antes do mais dos países socialistas. Mas também da RFA e da CEE, por exemplo.

O povo romeno vive uma nova fase da sua vida. Ao preço de terríveis custos humanos. Mas na confiança de que a liquidação de modelos de poder que na verdade correspondem a uma total desfiguração dos ideais socialistas, abrirá finalmente caminho a uma sociedade livre, democrática e de justiça social, conforme aos ideais humanistas dos comunistas.

## PCP nota sobre a Roménia

Em nota de dia 22, o secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português tomou posição face aos acontecimentos em curso na Roménia. Nota que divulgamos, e cuja oportunidade os acontecimentos posteriores vieram confirmar.

Face à gravidade dos acontecimentos na Roménia, o PCP exprimi já, em documento do seu Comité Central e através de declarações do seu secretário-geral, a sua profunda preocupação pela repressão de manifestações de descontentamento e protestos populares.

Perante os novos desenvolvimentos da situação na Roménia, o PCP confirma a sua condenação de métodos autoritários e repressivos abertamente contrários aos valores e ideais humanistas do socialismo e exprime a sua solidariedade aos comunistas, aos trabalhadores e ao povo romenos nos seus esforços para pôr fim às deformações que estão na base dos graves acontecimentos verificados, restaurar o poder popular e fortalecer o socialismo.

governar o país até à realização de eleições, prevista para Abril próximo.

A figura de maior destaque no Comité é Ion Iliescu, antigo secretário do Comité Central do PC romeno, destituído em 1971 por Ceausescu,

ção política no país, nesta primeira fase de transformações.

Os principais objectivos do programa são — restaurar a dignidade do povo romeno, organizar eleições livres em Abril e reestruturar totalmente a economia. Nesse sentido, preconiza-se o estabelecimento de um governo democrático e pluralista, no quadro de um sistema multipartidário, em que o partido comunista deixa de assumir oficialmente o papel dirigente; a separação dos poderes legislativo, executivo e judicial; a eleição de todos os mandatos, só renováveis uma vez; a elaboração de uma nova constituição, a reestruturação da economia, em moldes que permitam promover a iniciativa individual; a suspensão do programa de «sistematização», responsável pela destruição de muitas aldeias; o respeito das minorias nacionais. O Comité reivindica ainda o controlo directo da ac-

independência, a soberania e a segurança nacional do Líbano».

Para os comunistas libaneses, trata-se de «uma escalada da ofensiva política e militar de Israel e dos seus defensores imperialistas contra a solução política nacional da crise libanesa e um apoio claro às forças divisionistas e sionistas no interior do Líbano».

## Israel ataca comunistas libaneses

As tropas israelitas atacaram na noite do dia 25 e na manhã de 26 instalações do Partido Comunista Libanês, no Líbano, provocando um elevado número de mortos, feridos e destruições.

O criminoso ataque, de imediato condenado internacionalmente, foi classificado por um porta-voz do governo de Israel como «uma guerra aberta» contra o Partido

Comunista Libanês pelo seu papel nas operações contra os soldados israelitas no Líbano e pela sua luta contra o general Aoun.

Num comunicado divulgado pelo PCL, apelando à solidariedade internacional e à condenação de Israel, salienta-se que esta agressão não é dirigida unicamente contra o PCL, mas uma agressão «contra todos os patriotas libaneses, contra a

«Pelo Dec. nº 36.841 foi concedido à empresa norte-americana Mozambique Gulf Oil Company o direito exclusivo de pesquisar e explorar jazigos de petróleo, nafta, ozocerite, gaz natural e asfaltos, assim como enxofre, hélio, dióxido de carbono e substâncias salinas.

O governo não se limitou a fazer esta concessão antinacional. Deu aos magnates do petróleo norte-americanos regalias e direitos que nem os portugueses têm na sua própria terra. Segundo o mesmo Decreto, a Gulf Oil ficou isenta do imposto mineiro profissional; de todo e qualquer imposto de defesa e derendimento; do pagamento de direitos de exploração; do pagamento da contribuição predial, etc.

Ao mesmo tempo, grandes áreas foram dadas à companhia americana. Várias informações indicam que o território cedido é superior a 50 mil km quadrados, isto é, mais de metade da superfície de Portugal.

O que sucede com o petróleo, sucede com o carvão e o urânio de Moçambique.

A região de Tete é riquíssima em carvão. Os jazigos de Moatize têm 80 milhões de toneladas exploráveis e uma produção provável de 300 mil toneladas anuais. A importância dessas minas para Portugal é facilmente compreendida, se tivermos em conta que, em 1947, importámos 986 mil toneladas de carvão, que custaram ao país mais de 500 mil contos. Ao governo de Salazar não interessam, porém, os interesses nacionais, mas os interesses dos seus patrões estrangeiros. O carvão de Moatize foi entregue à Companhia Carbonífera de Moçambique, praticamente nas mãos dos imperialistas americanos.

O mesmo com o urânio, matéria-prima indispensável para o fabrico da bomba atómica. Em 1946, o Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa, observando vários materiais vindos de Moçambique, descobriu que alguns eram radioactivos. Os cientistas portugueses comunicaram o facto ao presidente da Junta de Investigações Científicas Coloniais, sublinhando a necessidade de uma larga e imediata prospecção na região de Tete, donde provinham os minérios.

O governo não quis encontrar uma solução nacional. Alguns meses depois, os jornais anunciavam que, na região de Tete, «prospectores americanos tinham descoberto importantes jazidas de urânio». E o urânio de Moçambique foi entregue aos fabricantes americanos da bomba atómica.

Desta forma, Moçambique está-se convertendo, pela mão de Salazar, numa nova colónia americana.

E, ao mesmo tempo, Wall Street, por intermédio da Société Générale de Belgique, Banco Burnay e outras companhias «europeias» e «portuguesas» vai estando os seus tentáculos a Angola, ao algodão (Cotonang), aos diamantes (Diamang), aos combustíveis (Lobito), ao «Fomento Geral de Angola» (Fogerang).

São estes factos, bem como a intensiva exploração das matérias-primas da Rodésia do Sul, que estão por detrás do «resgate» do porto da Beira. (...)

Além dos 7 milhões de libras que pagou pelo «resgate» à companhia inglesa que o explorava, o Estado Português terá que financiar importantes obras no porto e nos caminhos de ferro da Beira, de forma a servirem convenientemente os magnates americanos, senhores das riquezas da Rodésia e de Moçambique. O ministro das Colónias não ocultou que ali vão ser gastos 5 milhões de libras. «E isto - tem o despiante de dizer - para servir quase exclusivamente a Rodésia do Sul».

(«Moçambique, nova colónia dos EE.UU.», «Avante!», V série, nº 129, 2ª quinzena de Dezembro de 1948.)



## NOVAMENTE AS CHEIAS

# Fatalidade cíclica ou ausência de planeamento?

■ Rui Godinho

Um final de Outono particularmente chuvoso colocou o País em situação de calamidade pública. Voltaram as grandes cheias do Douro e do Tejo, as inundações das zonas baixas e ribeirinhas das cidades, vilas e aldeias, o isolamento de muitas delas, a interrupção de muitas estradas, pontes e caminhos, a quase generalizada degradação de pavimentos das cidades, com uma especial evidência na cidade de Lisboa.

Com a construção das barragens nas bacias do Douro e do Tejo houve quem pensasse que o flagelo cíclico que atingia os vales respectivos tinha sido definitivamente afastado. Com efeito, entre os fins múltiplos que se espera que uma barragem cumpra encontra-se obviamente a sua capacidade de armazenar e regularizar caudais, desde os mais reduzidos até aos chamados *caudais de cheia*.

Afinal, parece que, no caso presente, esses objectivos não foram conseguidos pois, aparentemente, as barragens existentes nas duas bacias não «aguentaram» os caudais que a eles afluíram e foram obrigadas a proceder a enormes descargas que inundaram completa e gravemente as zonas ribeirinhas do vale do Douro e da lezíria do Tejo.

Perante toda esta calamidade, independentemente de explicações detalhadas que certamente não deixarão de ser dadas pelas autoridades responsáveis, designadamente sobre os níveis de pluviosi-

dade atingidos nestes dias e sobre as condições de dimensionamento e funcionamento das barragens do Douro e da bacia do Tejo, merecem desde já ser objecto de reflexão:

— sabendo-se que quer o Douro, quer o Tejo são rios internacionais, o funcionamento das barragens dos dois rios em Portugal e Espanha faz-se de forma articulada, particularmente nas horas críticas?

— quanto ao Tejo, para quando a regularização do seu vale e a construção da barragem de Almourol, há tanto tempo prevista e ainda não concretizada?

— que efeitos terão tido sobre os escoamentos das águas, das cabeceiras para as linhas de água, as profundas transformações no coberto arbóreo e vegetal que se verificam na bacia do Tejo com a eucaliptização inconsiderada que aí se vem verificando? Tais modificações - que

# NOVAMENTE AS CHEIAS

atingem já vastíssimas áreas em toda a bacia do Tejo - não terão provocado sensíveis alterações na capacidade de infiltração e nos regimes de escoamento superficial dessas áreas, permitindo assim que cheguem mais depressa maiores quantidades de água aos leitos do Tejo e seus afluentes?

— tem o Tejo, particularmente no seu troço português na área da lezíria, sido sujeito a acções programadas de desassoreamento do seu leito?

— têm sido tomadas todas as medidas de planeamento e gestão do território que salvaguardem minimamente as populações de se instalarem em leitos de cheia ou em áreas inundáveis?

— e a protecção civil? Limita-se a reunir um conjunto de meios para atender a situações de catástrofe quando elas ocorrem, ou tem já montado algum sistema de prevenção contra este tipo de ocorrências previsíveis?

Todas estas e outras questões que importam à vida e à segurança das populações e dos seus bens terão que ter uma resposta cabal, a par do indispensável levantamento dos prejuízos e da mobilização dos meios técnicos, humanos, materiais e financeiros que esta situação de excepção reclama dos poderes públicos, começando naturalmente pelo Governo, cuja passividade, aliás, tem sido chocante.

Algumas palavras, finalmente, para a situação da cidade de Lisboa.

Aqui não houve cheias, felizmente. No entanto, os estragos que as chuvadas provocaram nos pavimentos e a situação geral da cidade são por demais evidentes.

Os arruamentos apresentam tantos buracos e crateras que assemelham a cidade a uma qualquer paisagem lunar. Alguns edifícios e escarpas começam a ruir e a aluir, com evidentes reflexos nas condições de segurança dos cidadãos.

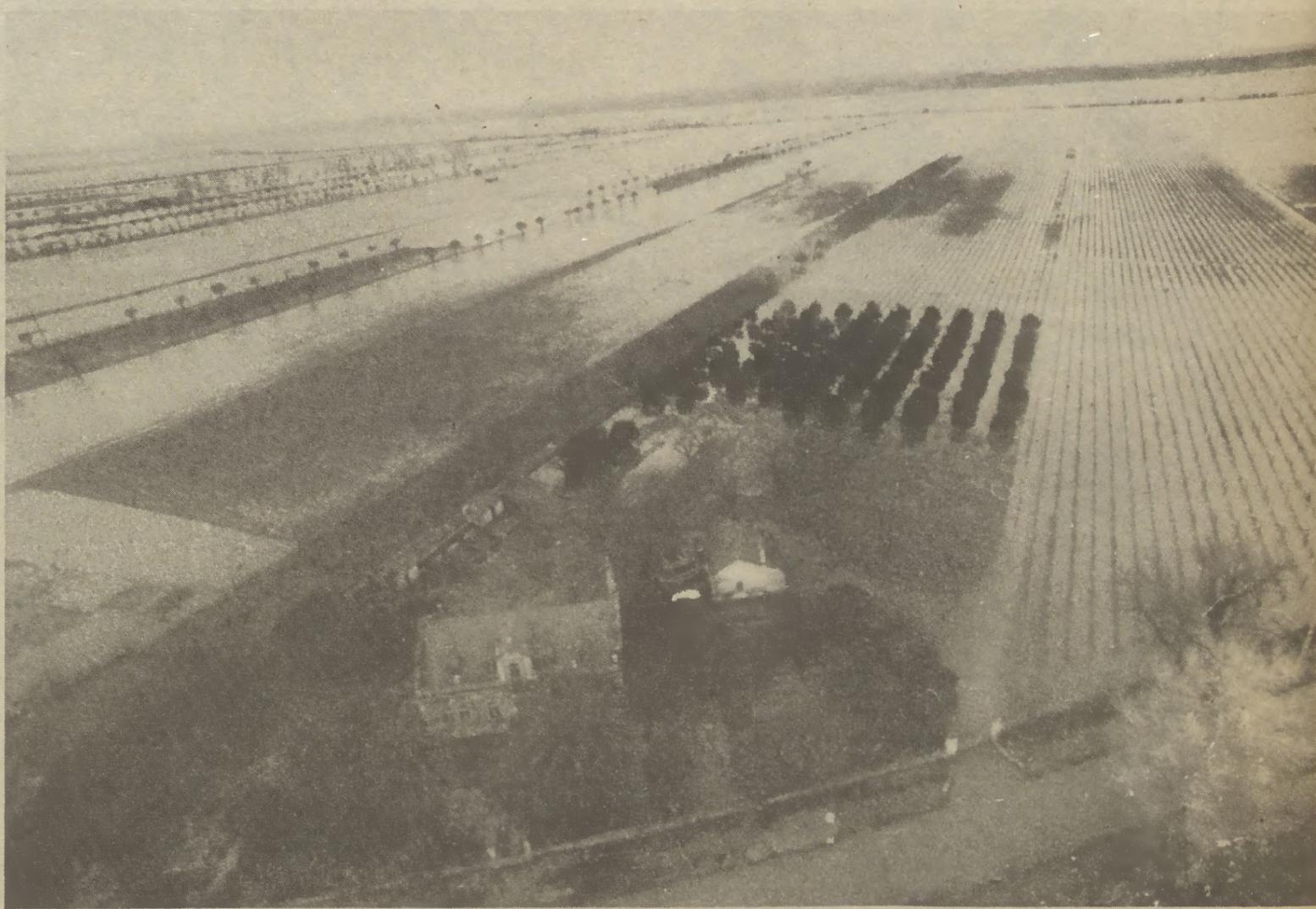
Urge assim pôr em prática desde já um programa de recuperação urgente dos pavimentos em toda a cidade, mobilizando meios camarários disponíveis.

A este respeito é preocupante o silêncio e a passividade do Presidente cessante da CML e do vereador PSD do respectivo pelouro, que nunca mais foi visto na Câmara após as eleições.

Abecasis tem clamado vezes sem conta nas últimas semanas que exercerá em pleno o seu mandato até ao fim para tentar justificar a vertigem de decisões estruturantes e de empreendimentos de grandes dimensões e impactos urbanísticos que pretendeu garantir nesta fase terminal dos seus turbulentos mandatos.

O que Lisboa e os lisboetas exigem do ainda Presidente da CML - com substituto já conhecido - é que, de uma vez por todas, tome as medidas adequadas à situação grave a que a cidade chegou e seja ele, como lhe compete, a lançar desde já um programa global de recuperação e reposição de pavimentos da cidade.

Não é ética nem moralmente admissível que queira deixar também este «presente envenenado» à Câmara saída da vitória da coligação «Por Lisboa» que só tomará posse em meados de Janeiro de 1990. ■



## Natal dramático no Douro

Poderiam dormir descansadas as populações ribeirinhas do Douro, disseram muitos técnicos ao longo dos últimos anos, pois a possibilidade de cheias no rio estava «definitivamente» afastada. As águas seriam contidas pelas barragens construídas ao longo do seu curso e dos seus afluentes. Porém o «imprevisível» aconteceu. Um Inverno de grande temporal e de fortes chuvadas e de novo o Douro extravasou violentamente as suas margens, atingindo na Ribeira e Miragaia, na Beira-Rio de Gaia e no Areinho o nível do primeiro andar das casas, numa situação em tudo semelhante às grandes cheias de 1979.

Momentos de pânico foram vividos pelas populações, que continuam apreensivas face à previsão da continuação do mau tempo nos próximos dias.

Foi um Natal dramático para muitas centenas de famílias e muitos comerciantes das zonas atingidas, que viram os seus haveres profundamente danificados pela subida das águas.

A compreensão destes acontecimentos trágicos exige uma análise mais aprofundada, conseguimos ouvir as primeiras impressões de elementos da Junta de Freguesia de Miragaia, e de Ilda Figueiredo, vereadora da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

Para Ilda Figueiredo, «a questão essencial que neste momento se coloca é a solidariedade para com as populações atingidas, a necessidade de apoio a quem já vivia em con-

dições precárias e que agora fica numa situação ainda mais grave. Apoio que deve vir a nível oficial, quer do Governo, quer da Câmara, mas sobretudo com a melhoria das condições de habitabilidade nesta zona».

E interroga-se: «Não poderiam ser previstos mecanismos que de algum modo evitassem esta calamidade? Não poderia haver um sistema de segurança nas barragens que impedisse a subida das águas a estes níveis, mesmo que isso implicasse mais custos na sua construção?». São interrogações que coloca não como técnica, fez questão de referir, mas como autarca preocupada com o futuro incerto das populações ribeirinhas que vivem com esta ameaça constante.

Interrogações e apreensões que ouvimos também em Miragaia, da parte de elementos da Junta de Fre-

guesia. É que, apesar de ter sido feito aviso prévio por parte da Capitania do Douro para que a população «tomasse as precauções julgadas convenientes», não houve os apoios necessários para o transporte de haveres a devido tempo, o que implicou que, particularmente os comerciantes da zona ficassem com prejuízos incalculáveis até ao momento.

«Se as águas sobem mais um bocado», dizem-nos, «atingiam as casas de habitação no primeiro andar, com consequências imprevisíveis». E os Arcos de Miragaia eram bem a imagem das primeiras consequências da cheia, quando lá fomos na passada terça-feira. Fogões, arcas frigoríficas, balcões, géneros armazenados, na rua, procurando aproveitar algum, pouco, sol que despontava no céu carregado de nuvens, procurando secar o impossível.

Recordando o que aconteceu na semana anterior à cheia, particularmente na Cantareira e na zona das Sobreiras, na Foz do Douro, em que o mar enfurecido entrou pelo rio, galgou o Passeio Alegre, causando graves prejuízos aos moradores e comerciantes que viveram horas de angústia, com ondas alterosas a invadir tudo, Ilda Figueiredo refere ainda que «foi o modo incorrecto

como tem estado a ser feito o desassoreamento da Barra que conduziu àquela situação a que nunca antes se havia assistido».

Ainda há um mês atrás a CDU denunciava que o estuário do Douro, a Bacia de Sampaio e o Cabedelo estavam ameaçados pela forma como decorriam as dragagens do rio, não apenas pelas consequências para a fauna aquática e a paisagem, mas pela gravidade que poderia assumir para as populações ribeirinhas se a extracção de areias excedesse largamente, como era então noticiado, os níveis autorizados no plano de desassoreamento.

«O propósito da navegabilidade do Douro», dizia então a CDU de Gaia, reafirmando posições que de há muito vem assumindo nos órgãos autárquicos, «não pode servir de cobertura a negócios de ocasião que destroem o estuário do Douro, o Cabedelo e ameaçam as populações». Um problema que recentemente técnicos do Instituto Nacional de Investigação das Pescas confirmaram, lembrou aquela vereadora da CDU.

As cheias vieram e trouxeram dramas acrescidos a populações, que vivem já com imensos problemas não resolvidos. E a incerteza e a angústia reinam ainda nas gentes de à beira Douro. ■

■ Carlos Luís Figueira

# Estado de calamidade no Algarve

## As necessidades da região

No início de Dezembro o Algarve foi duramente atingido por fortes temporais que provocaram elevadíssimos prejuízos, particularmente no Sotavento, atingindo com enorme violência os concelhos de Faro, Olhão e Tavira. Prejuízos também avultados verificaram-se nos concelhos de Monchique, Silves, Castro Marim e São Brás de Alportel.

Os fortes temporais verificados destruíram extensas áreas de culturas, afectando gravemente a produção hortícola (protegida e ao ar livre), citrinos, gado, barcos e apetrechos de pesca, comércio, rede viária e ferroviária, elevadíssimo número de habitações, e fazendo ainda importantes estragos no património histórico, particularmente na cidade de Tavira.

Primeiras estimativas dos prejuízos apontam para verbas, só no sector agrícola, de cerca de 4,5 milhões de contos. A totalidade dos estragos rondará os 10 milhões de contos.

Perante esta dramática situação o Governo envia para o Algarve um série de ministros e secretários de Estado, a fim de, supostamente, recolherem informações sobre a situação. Três dias depois o Governo decreta para as zonas mais atingidas o estado de calamidade, disponibilizando uma verba de 500 mil contos para responder à situação criada.

O efeito desta mais que insuficiente medida cai como uma bomba e provoca uma justa onda de protestos por parte dos principais sectores atingidos, com particular relevo para os agricultores.

A incapacidade do Governo do PSD/Cavaco Silva para responder a uma situação de emergência como a que estava criada surge claramente aos olhos de muitos daqueles que em 19 de Julho de 1987 tinham visto no PSD e no seu Governo uma tábua de salvação para a resolução de problemas que desde há muito os afligiam. A tentativa de governamentalização do País que as hostes de Cavaco têm procurado promover, conduz o candidato deste partido à

Câmara de Faro a cometer o *suicídio* de defender o Governo numa reunião com a presença de largas centenas de agricultores. Cavou aqui alguns metros da sepultura que o havia de acolher na morte política que duramente atingiu o PSD nas autárquicas de 17 de Dezembro, nas quais perde no Algarve para o PS as confortáveis maiorias de que dispunha em Faro, Loulé e São Brás de Alportel.

### Cinco anos de seca e Governo a meter água

Aos prejuízos verificados no início de Dezembro há que adicionar os

## e a acção do Governo PSD

ocorridos no passado ano, no qual o Algarve foi também fustigado por grandes chuvadas; prejuízos que ficaram sem resposta e, mais grave do que isso, foi possível que alguns mais chegados ao poder cavaquista ficassem com a parte de leão dos subsídios e créditos a fundo perdido.

O Governo Civil, procurando jogar com a memória curta que por vezes se tem destes acontecimentos, no meio da borrasca resolveu falar da seca, procurando com isso isentar o Governo de medidas que não tomou e remetendo responsabilidades para os imponderáveis da natureza. Só que os acontecimentos estavam demasiado frescos, sobretudo devido ao peso que tinham na economia dos agricultores, ainda a pagarem juros usurários pelos créditos a que recorreram para repor culturas destruídas naquela altura.

De facto, o Algarve teve uma prolongada seca de 1979 a 1984. Mas a partir daí água é coisa que não tem faltado, num partida que a natureza é fértil em fazer, até quando -- não se sabe. O que se sabe é que água a valer tem tido o Algarve nestes últimos três anos, a suficiente para que o Governo, mostrando também aqui por que interesses se move e também a sua real incompetência, tenha metido bastante água -- a sufi-

ciente para indispor contra ele largas camadas, que seguramente foram base importante do seu apoio eleitoral em tempos não muito distantes.

Uma questão central, entretanto, emerge de tudo isto: se é certo que as catástrofes não se podem ainda hoje prever na sua total dimensão, é também evidente que há hoje meios disponíveis para as minorar. Na situação do Algarve, vieram mais uma vez ao de cima as suas inquestionáveis carências no plano das infra-estruturas, as quais se somam à ausência de medidas na área do planeamento central e municipal.

De facto, a ausência de planos directores municipais, que disciplinem a ocupação dos solos e definam com rigor onde construir e para que fins, provoca a ocupação indiscriminada dos solos, a obstrução de linhas de água, situação a que se soma a extrema carência que ainda se verifica na área do saneamento básico. As *baixas* de Faro e Olhão não estão predestinadas a ser inundadas sempre que os níveis de pluviosidade são superiores ao normal.

Por outro lado, o atraso na construção dos sistemas de barragens a Barlavento e Sotavento e ainda a ausência de muitas pequenas e médias barragens na Serra e Meia-

Serra contribuem, não só para que muita água se perca inutilmente no mar, mas também para que sejam mais extensos e mais graves os prejuízos de uma calamidade como a que atingiu a região.

Do mesmo modo a insuficiência das estruturas portuárias e o estado de degradação de algumas barras acentuam, não só os perigos que levam à perda de vidas humanas, como contribui -- viu-se no início de Dezembro -- para a destruição de embarcações e apetrechos de pesca, com barcos a ficarem varados na praça central de Tavira, num espectáculo simultaneamente insólito e trágico.

Dos fortes temporais há que lamentar ainda a perda de vidas, restando igualmente por resolver o realojamento de dezenas de famílias que perderam nas cheias todos os seus haveres, a lembrar tragicamente as enormes carências que o Algarve defronta no plano da habitação.

### O que era preciso fazer

A situação criada exigia medidas urgentes, prontas e eficientes, que, tal como a DORAL do PCP acentuava no dia 5 de Dezembro, se deveriam caracterizar no imediato por:

- inventariar rapidamente, em reuniões com agricultores, pescadores e comerciantes das áreas atingidas, os prejuízos verificados;
- disponibilizar verbas a fundo perdido para acorrer aos prejuízos, acompanhadas de linhas de crédito bonificadas e de fácil acesso, a fim de permitir rapidamente repor a capacidade produtiva;
- colocar à disposição das autarquias (câmaras e juntas de freguesia) das zonas atingidas verbas a fundo perdido, acompanhadas de apoio técnico, de modo a permitir a rápida reparação dos prejuízos verificados, sobretudo na rede viária e no património histórico;
- proceder ao rápido realojamento das famílias desalojadas e à reposição dos haveres perdidos.

Exigia-se ainda, por outro lado, que junto da comunidade internacional, e designadamente da CEE, se tomassem medidas para obter as ajudas excepcionais que os acontecimentos justificavam.

Estas são algumas medidas de emergência que um governo virado para a resolução dos problemas e a defesa dos interesses nacionais deveria promover. A realidade, passadas que são três semanas, não é assim. Apoios -- são insignificantes, medidas complementares -- não estão tomadas.

Por parte do PCP, pela acção dos nossos deputados na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, foram de imediato tomadas medidas para obrigar o Governo a responder à situação.

Todavia, serão a organização e a luta das populações atingidas -- às quais desde a primeira hora manifestámos a nossa inteira solidariedade -- que terão de promover e impor as medidas que o Governo de Cavaco, de costas voltadas para os interesses do povo e do País, não se dispõe a tomar. ■



# Panamá a invasão dos EUA

Oficialmente empossado numa base militar norte-americana, em simultâneo com o processo de intervenção militar no seu país, Guillermo Endara, em bem estranhas circunstâncias considerado o actual presidente do Panamá, fez nestes dias uma interessante afirmação.

Disse Endara não ter sido consultado pelos Estados Unidos antes da intervenção militar, acrescentando ainda que lhe entregaram «um país invadido». Declarações e factos de certa forma simbólicos. Do que é hoje a realidade política panamenha. E de quanto vale um presidente «democraticamente» empossado numa base militar estrangeira.

Mas recapitulamos alguns dos factos desta passada semana.

Sob o nome de código de «Justa Causa», os Estados Unidos lançaram uma acção de intervenção militar no Panamá, sendo o primeiro ataque dirigido contra diversas instalações das Forças de Defesa, em particular o Quartel General, situado num bairro particularmente populoso, El Chorrillo.

Quarenta e oito horas depois do início da invasão, e face à «inesperada» resistência militar panamenha, os efectivos americanos foram reforçados para 24 mil homens — cujos alvos estavam longe de se circunscrever aos militares. Aos bombardeamentos somaram-se as «operações de limpeza» por toda a Cidade do Panamá.

Os números são poucos, mas as notícias divulgadas indicam que quatro dias após a intervenção, várias centenas de pessoas, em particular civis, tinham sido mortas e mais de dois milhares feridas, algumas com gravidade.

Da parte dos americanos (cujas vidas supostamente seriam defendidas com a intervenção), vinte militares tinham sido mortos e cerca de duas centenas feridos, de acordo com informações oficiais dos EUA.

Na verdade, diferentes correspondentes no Panamá consideram que o número de mortos é incalculável, sendo que os números oficiais só indicam os mortos militares de parte a parte.

Há zonas da capital panamenha completamente destruídas. Em particular o populoso bairro de El Chorrillo, a ocidente da Cidade do Panamá, onde se encontrava o comando das forças panamianas, foi reduzido a escombros.

Notícias há que indicam que os EUA utilizaram mesmo (o que aliás já era prática anterior, nomeadamente no Médio Oriente) a sua última novidade tecnológica no domínio da guerra — o «bombardeiro invisível», que serviu para o ataque ao quartel central das Forças de Defesa, nas primeiras horas de invasão.

Actualmente (na relatividade deste conceito, quando se trata de situações em evolução rápida) o general Manuel António Noriega (cujas capturas foi invocada como motivo para uma guerra de invasão), está refugiado na missão diplomática do Vaticano no Panamá. Da parte da Igreja, a posição é a não entrega, pelo menos directa, aos americanos. «Não penso que o possam entregar directamente aos americanos, que são um exército invasor» afirmou um funcionário do Vaticano, que sublinhou ainda que «isso seria reconhecer os americanos como autoridades locais».

Tudo aponta no sentido de Noriega acabar por ser recebido, ou em Espanha ou em Cuba.

No que se refere à vida política do Panamá, Endara, o presidente empossado numa base militar norte-americana, constituiu governo e fala de prioridades.

O seu governo, que denominou como «democrático de reconstrução

e reconciliação nacional», inclui fundamentalmente empresários e membros da Democracia Cristã. Ricardo Arias Calderon, presidente da Democracia Cristã, foi nomeado, neste contexto, ministro do governo e da Justiça e Guillermo Ford, ministro do Planeamento e Política económica.

Ambos estiveram com Endara na Aliança Democrática de Oposição Civilista (ADOC), que no processo eleitoral de 7 de Maio passado constituía oposição ao governo panamenho, e contava com o apoio dos Estados Unidos.

Quanto às prioridades do novo governo, elas falam por si. Guillermo Endara afirma, que a instituição militar está em vias de ser «totalmente reestruturada em conjunto com as forças armadas dos Estados Unidos».

«A nossa prioridade é a reorganização da força pública, especificamente a polícia e a direcção de trânsito, que são os elementos-chave para conseguir a normalização dentro da capital».

## Isolamento internacional

Os argumentos utilizados pela Casa Branca foram bem pouco convincentes e, em termos gerais, a reacção internacional afirmou-se claramente desfavorável à invasão do Panamá.

Ostensivamente a favor da acção militar, temos Margaret Thatcher, que chega a elogiar a intervenção como acto de coragem!

Muitas outras se destacam pela ambiguidade, ou no fundo por apoio não totalmente expresso à invasão. A posição do governo português, por exemplo, foi de não lamentar a intervenção e simultaneamente manifestar o «reconhecimento da falta de legitimidade democrática do general Noriega».

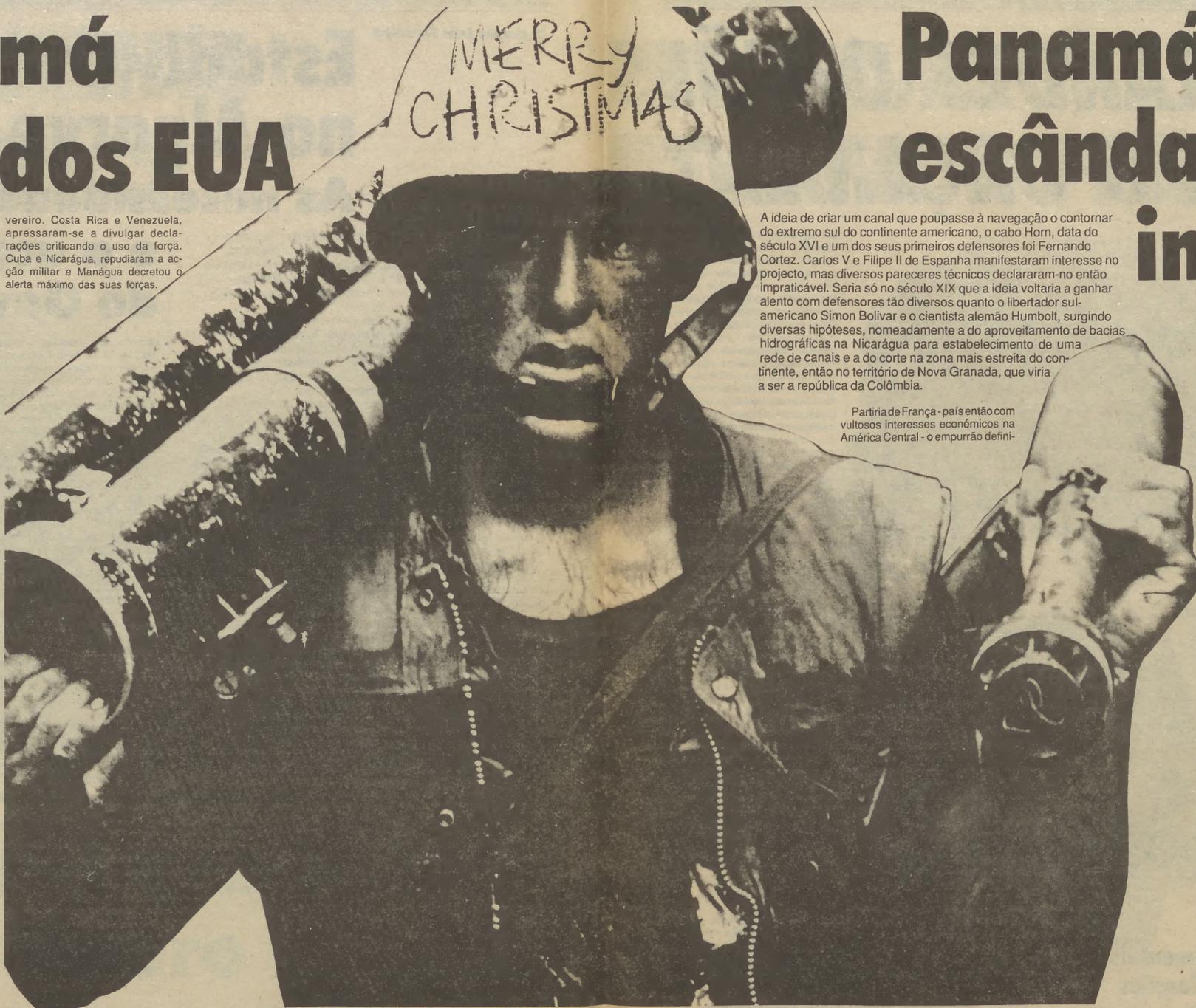
Diversas organizações internacionais manifestaram profunda apreensão pelos acontecimentos. O secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, afirmou-se «extremamente preocupado».

A França, que actualmente assume a presidência da CEE, divulgou um comunicado em que se afirma que «o recurso à força é sempre lamentável e não pode ser aprovado enquanto tal». E acrescenta: «A França lembra a sua inteira e total adesão à luta contra a droga e o seu resolutivo apoio aos movimentos democráticos em todo o mundo».

O Conselho de Segurança das Nações Unidas, não tomou qualquer atitude contra os Estados Unidos, pois tal exigiria a, no caso impossível, unanimidade.

Na América Latina, as posições assumidas foram de claríssima rejeição. Apoio, apenas do governo de El Salvador. A Organização dos Estados Americanos (OEA), deixou Washington completamente isolada. O Peru cancelou a sua participação na cimeira colombiana sobre a guerra contra a droga, marcada para Fe-

vereiro. Costa Rica e Venezuela, apressaram-se a divulgar declarações criticando o uso da força. Cuba e Nicarágua, repudiaram a acção militar e Manágua decretou o alerta máximo das suas forças.



Partiria de França - país então com vultosos interesses económicos na América Central - o empurrão defini-

# Panamá, escândalos e intervenções

A ideia de criar um canal que poupasse à navegação o contornar do extremo sul do continente americano, o cabo Horn, data do século XVI e um dos seus primeiros defensores foi Fernando Cortez. Carlos V e Filipe II de Espanha manifestaram interesse no projecto, mas diversos pareceres técnicos declararam-no então impraticável. Seria só no século XIX que a ideia voltaria a ganhar alento com defensores tão diversos quanto o libertador sul-americano Simon Bolívar e o cientista alemão Humbolt, surgindo diversas hipóteses, nomeadamente a do aproveitamento de bacias hidrográficas na Nicarágua para estabelecimento de uma rede de canais e a do corte na zona mais estreita do continente, então no território de Nova Granada, que viria a ser a república da Colômbia.

panhia gastara 2 milhões de francos a construir a sua sede parisiense e 1 milhão para a de Colón. Iniciava-se o que viria a ser um dos maiores escândalos da história do capitalismo europeu.

O aventureirismo da iniciativa viria, na verdade, a revelar-se a curto prazo.

A linha de caminho de ferro que fora construída sob a direcção de Garella e com a qual os autores do projecto contavam, viria a revelar-se inteiramente inadequada para apoio da obra, quer pelo traçado, quer pelas dimensões, tornando-se necessário reconstruí-la quase inteiramente.

Por outro lado, a companhia descurara integralmente as condições sanitárias da zona, que já se haviam revelado terríveis durante as obras da linha ferroviária. Entre os operários sul-americanos, as mortes chegaram a atingir, devido a epidemias de malária e febre amarela, a espantosa cifra de 500 vítimas diárias, nomeadamente na duríssima abertura da «trincheira» de Culebra.

Dos 21 000 operários, técnicos, empregados, engenheiros, marinheiros franceses que partiram para o Panamá em 1880, regressaram à sua terra menos de 5 000.

## A derrocada

A obra que fora orçamentada em 600 milhões de francos viria efectivamente a custar mais de mil e quinhentos milhões! Entretanto, em França, os dirigentes da Companhia prosseguiram a sua vida fáustica, criando uma gigantesca teia de corrupções, que envolveram a imprensa e dirigentes políticos de todos os matizes, no sentido de silenciarem as notícias inquietantes que começavam a chegar da América Central.

Na Primavera de 1888 a situação torna-se aflitiva e os administradores obtêm autorização do governo para lançarem novo empréstimo público de 700 milhões de francos, dos quais apenas 200 são subscritos. A derrocada começa então e, em 1892, a denúncia da situação no jornal *Libre Parole* leva ao suicídio de um dos principais administradores da companhia, o barão Jacques de Reinach. É o pânico. Dias depois, no parlamento, o deputado Jules Delahaye denuncia as ligações de Reinach e da Companhia a membros do governo e a deputados. O inquérito que o suicídio desencadeara alargase, a companhia abre falência, os seus directores - incluindo Lesseps - são presos.

O processo que se segue decorre em ambiente de profunda emoção. A paralisação das obras na Colômbia constituiu um rude golpe no prestígio francês, mas, mais grave, centenas de milhares de famílias são lançadas na pobreza após a perda de todas as suas economias, consumidas na voragem da falência.

O julgamento atinge toda a classe política francesa e deve-se ao filho de Ferdinand Lesseps (que tratando falecera) um diálogo em pleno tribunal que passaria à história: «- Senhor presidente - disse Charles Lesseps - esse dinheiro que entregámos a deputados, ministros e homens políticos foi como a carteira e o relógio que entregamos a quem,

cialmente da francesa como o construtor do Suez, quando não passara do dinamizador económico e político da obra, projectada pelo italiano Luigi Negrelli. O seu aparecimento como presidente da Sociedade assegurou-lhe um êxito sem precedentes, mas alicerçado em competências técnicas e científicas entretanto mobilizadas.

Deve-se a Luciano Napoleone Bonaparte Wyse e Armand Reclus (irmão do famoso geógrafo Eliseu Reclus) a apresentação - no congresso realizado em Paris, em 1879, expressamente para o efeito - do projecto final, que defendia a construção de um canal com comportas e não a nível, como advogava Lesseps.

## Do Suez ao Panamá

Mas foi do prestígio de Ferdinand Lesseps, o homem a quem se atribuiu a abertura do Suez, que partiu o empurrão final para a constituição da Companhia do Canal do Panamá, que herdaria a concessão.

De uma ambição megalómana, Lesseps, um diplomata de formação jurídica, conseguira firmar-se junto da opinião pública mundial e espe-

tras nações. Esta acção contrária com toda a evidência as tendências positivas que se afirmam na política mundial, o conceito de diálogo e os métodos político-diplomáticos de solução de todos os problemas graves.

## A questão de fundo

Na sua «justificação» pública da decisão de intervir militarmente no Panamá, o presidente norte-americano disse: «As ameaças irresponsáveis e os ataques do general Noriega aos americanos do Panamá criaram um perigo iminente para os 35 000 cidadãos americanos no Panamá. Como presidente, a minha obrigação é proteger a vida dos cidadãos americanos. E foi por isso que enviei as nossas forças armadas para proteger a vida dos cidadãos americanos no Panamá e para trazer o general Noriega a fim de o apresentar à Justiça dos Estados Unidos».

O ridículo de tal declaração é óbvio. Bastaria lembrar que pelo menos duas dezenas de americanos morreram na sequência da invasão e que os EUA são o grande consumidor de droga.

Mas não é essa a questão. Os EUA não lançaram a maior operação militar desde a guerra do Viet-

nam, em circunstâncias internacionais altamente desfavoráveis a tais acções, para salvar vidas que na verdade ajudaram a liquidar, ou para resolver problemas de tráfico de droga. Mais ainda: para Washington, o general Noriega nada valeria como traficante. Tão pouco, aliás, por ele próprio. Vale neste caso, e apenas, porque está ligado a uma posição de independência nacional por parte do Panamá, e sobretudo de exigência de que sejam cumpridos os Tratados Carter-Torrijos, de 1977, sobre o canal do Panamá. Tratados que finalmente devem abrir portas à verdadeira independência do Panamá.

É essa a grande questão. Não por acaso, na posse do governo de Endara, foi retirado o quadro de Omar Torrijos.

Entretanto, a própria intervenção militar agora concretizada no Panamá, e mais ainda a ameaça que ela representa de continuidade de uma política de ingerência e imposição pela força por parte de Washington, mais colocam na ordem do dia, o reforço de normas internacionais de respeito pela independência dos países e livre opção dos povos (e a «democracia» tão pouco se impõe de fora), como a do desarmamento e liquidação das bases militares estrangeiras em todo o mundo. ■

no meio de um bosque, nos aponta uma faca à garganta.»

Reponde o juiz: «Mas, senhor, se lhe roubaram a carteira, o senhor vai queixar-se à polícia!»

E Charles Lesseps: «Sim, senhor, a menos que quem me roubasse o relógio e a carteira fosse da polícia.»

## Chegam os americanos

Mas o segundo escândalo do canal estava ainda para vir.

Após uma fracassada tentativa para reanimar a Companhia do Canal do Panamá e que viria a sosobrar em 1899, os franceses tentam interessar capitalistas americanos no projecto. Mas o capital yankee é claro: não lhe interessa uma participação. Ou tudo - ou nada!

Mas, para ter tudo, levanta-se uma questão: a companhia francesa era titular da concessão para construção do canal outorgada pelas autoridades colombianas, um país soberano e a sua cedência não era fácil: ciente das ambições expansionistas do seu vizinho do norte, os colombianos não se mostravam nada interessados em cederem direitos tão importantes como os envolvidos pelo futuro canal aos norte-americanos.

Durante meses as negociações americano-colombianas arrastam-se, já depois da parte francesa ter abandonado a partida. Em 1903 os americanos descobrem um velho «tratado» que lhes concederia o «direito» de abrir um canal mais a Norte, na Nicarágua. Recusando perder o investimento já feito, o governo colombiano cede, mas o senado não ratifica o tratado.

O imperialismo não hesita, nem está com meias medidas: a 3 de Novembro de 1903 desencadeia uma «revolução» com características separatistas que leva à separação da província do Panamá da Colômbia para constituição de um novo estado - onde se situa o canal! No porto de Colón, estaciona um cruzador americano cujo comandante informa as autoridades da sua disposição de intervir e as forças militares enviadas para subjugar os revoltosos são dizimadas no caminho por grupos de sabotadores orientados por um coronel norte-americano de nome Shader.

Logo no dia 6, Washington reconhece o novo estado do Panamá ao qual é imediatamente atribuído um crédito de 100 milhões de dólares. Em retribuição, o novo governo panameniano assina com os americanos uma monstruosidade jurídica que é um tratado de «alguer perpétuo» da zona do canal que viria a ser aberto à navegação a 15 de Agosto de 1914.

Só em 1977 o governo de Washington aceitara, sob pressão do governo do general Torrijos, rever aquele tratado, aceitando a passagem do canal para a soberania do Panamá no último dia de 1999. Para trás ficava uma longa história de confrontos, como os verificados em 1964 quando os soldados americanos da zona do canal abriram fogo sobre manifestantes causando numerosas mortes.

Mas este final de Dezembro de 1989, dez anos antes da data marcada para a retirada yankee, demonstra que o imperialismo não perdeu a sua face. ■

■ **Octávio Teixeira**

# AS GRANDES OPÇÕES E O ORÇAMENTO

**E**m Junho passado, em entrevista concedida a um matutino de Lisboa, o ministro das Finanças afirmava que, para ele, «o marketing é a arte de vender bem um mau produto». Não tenho uma concepção tão degradante do «marketing». Mas a verdade, e o que para agora interessa, é que é esse o conceito defendido não apenas pelo ministro das Finanças mas por todo o Governo de Cavaco Silva. E é por ter esse conceito do «marketing» que o Governo se transformou no principal cliente das agências de publicidade em Portugal, gastando milhões de contos (números difundidos recentemente apontavam para 2 milhões de contos) do erário público para tentar «vender bem» junto da opinião pública o mau produto que é a sua política.

As Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento do Estado (OE) para 1990, há três semanas aprovados pela maioria parlamentar do PSD na Assembleia da República, não fogem a essa orientação básica da política governamental, à propaganda multifacetada que procura apresentar como bom para o País e a maioria da população aquilo que só serve os interesses de alguns poucos.

De facto, a intensa campanha propagandística que o Governo desencadeou em torno das GOP e do OE para 1990 assenta em cinco sofismas, em cinco grandes falsidades.

O primeiro sofisma aparece nas GOP, quando o Governo propaga a ideia que o objectivo da sua política é o de «alcançar mais solidariedade e justiça social» e afirma «apostar numa mais equilibrada e justa repartição da riqueza».

A verdade é que os factos e as verbas orçamentais desmentem as palavras de mera propaganda.

A natureza anti-social da política económica do Governo Cavaco Silva está bem patente nas próprias GOP, ao assentá-la numa «absoluta necessidade de reforçar os índices de competitividade da economia nacional» através do sacrifício dos «aspectos que se revelem como avanços significativos no domínio social», e ao apelar a um «consenso social sobre a distribuição do rendimento a curto prazo», acenando com o engodo de miríficos beneficiários nos médio e longo prazos.

Isto é, a política económica que o Governo nos promete nas GOP para 1990 continua a assentar na «vantagem comparativa» da desfavorecida situação salarial e social dos trabalhadores portugueses. Aliás, as próprias estatísticas das Comunidades Europeias dão conta dessa inequívoca linha estratégica da política do Governo Cavaco Silva, ao mostrarem que os custos salariais reais em Portugal registaram uma impressionante diminuição de 12% de 1986 a 1989, com o conseqüente ganho dos lucros empresariais e a divergência cada vez maior em relação à média da CEE.

Quanto ao sofisma da justa repartição da riqueza, que a vida e a realidade nacional comprovam, é suficientemente demonstrado pela evolução da distribuição do rendimento nacional: entre 1985 e 1988 a parte dos rendimentos do trabalho (apesar do aumento do número de trabalhadores) baixou dos 44,4% para 42% do Rendimento Nacional, e baixará ainda mais em 1989, pois que este ano até a evolução dos salários reais será negativa. O que sobe, de facto, na distribuição do RN são as parcelas dos lucros e dos impostos indirectos, agravando a injustiça e as desigualdades sociais.

O segundo grande sofisma governamental é o da taxa de inflação para 1990.

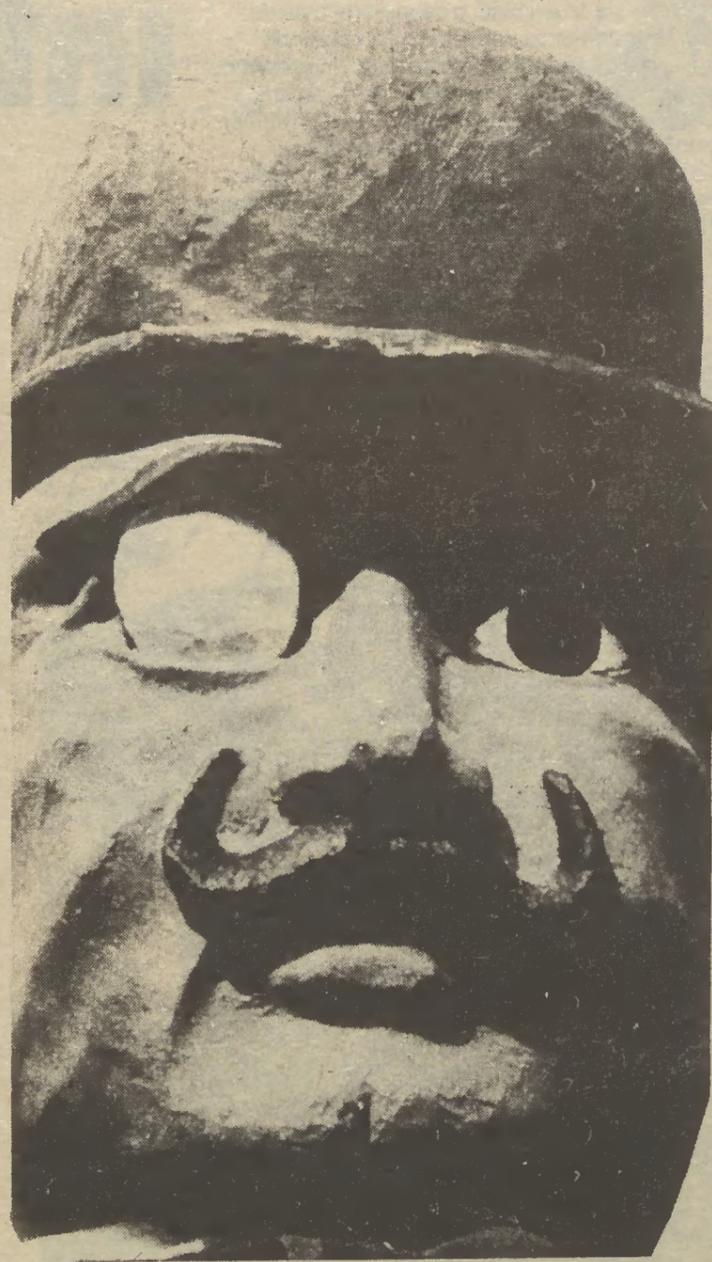
É certo que a meta apresentada

pelo Governo para o próximo ano, entre os 9,5 e os 10,5%, se reveste de mais algum pudor que a meta governamental fixada para 1989 e que a vida se encarregou de desmentir de forma estrondosa (o Governo prometia-nos 6% e vamos ter, pelo menos, 12,5%). Mas o essencial é que, tal como há um ano, nem nas GOP nem no OE o Governo tenta, sequer, esboçar uma justificação para a sua previsão (?), e que nem a política económica anunciada nem o enquadramento económico internacional (actualmente previsível) permitem fundamentar. Aliás, a própria Comissão da CEE aponta para uma taxa de inflação de 11,5%.

Mais uma vez, a «previsão» oficial do Governo nada tem de honesto mas apenas o objectivo de limitar, a um nível subavaliado, a base para as negociações salariais, visando perpetuar o baixo nível de vida dos trabalhadores e agravar a injustiça social, verdadeiras características de marca da política do Governo PSD de Cavaco Silva.

Um terceiro sofisma é o da alegada «abertura ao diálogo», dos «consensos nacionais», da «participação democrática», da «regionalização e descentralização».

A prática governativa é suficiente para o desmentir.



ção do território continental. Opção contrária à descentralização e ao Poder Local bem manifesta, ainda, no âmbito do Orçamento do Estado, em novas e descaradas subavaliações nas previsões de cobrança do IVA, com o objectivo primeiro de defraudar as finanças das Autarquias Locais em 7,7 milhões de contos. Impedindo-as, nomeadamente, de aproveitar cabalmente as co-financiamentos comunitários integrados no Quadro Comunitário de Apoio ou, em alternativa, empurrando-as para excessivos níveis de endividamento comprometedores das suas solvabilidade e capacidade de investimento futuras.

Em quarto lugar, o Governo sofisma com a alegada prioridade orçamental às funções sociais do Estado.

O Orçamento do Estado, apresentado pelo Governo e aprovado pela sua sobrevivente maioria parlamentar, revela, pelo contrário, que a intervenção orçamental do Estado aumenta proporcionalmente mais nas funções económicas, de soberania e de juros da dívida pública, como se pode ver no quadro 1.

O sofisma do Governo assenta no escamoteamento, para efeitos comparativos, das alterações que, já no final do ano, tiveram de ser introduzidas no OE para 1989, face à influência das dotações inicialmente orçamentadas para a Educação e a Saúde.

Feita essa correcção necessária ao orçamento inicial de 1989, a verdade é que as dotações para as funções sociais do Estado crescem nominalmente apenas 11,5% (tanto quanto a taxa de inflação prevista pela CEE), enquanto que as das funções de soberania aumentam 16%, as funções económicas mais de 19% e os juros da dívida pública 24%. A situação é ainda mais gritante, face à propaganda do Governo, quando se verifica que, dentro das funções sociais, as dotações nominais para Habitação diminuem 33% e as verbas para a Saúde têm uma evolução real negativa (aliás, face ao orçamento aprovado e às declarações da respectiva ministra na AR, tudo indica que o Governo se prepara para diminuir mais uma vez as participações do Estado no preço dos medicamentos).

No que respeita à Educação — o grande cavalo da propaganda do Governo em torno do Orçamento do Estado para 1990 — regista-se, efectivamente, um aumento real das dotações da ordem dos 2% (admitindo uma taxa de inflação de 11,5%).

Mas é manifesto que um aumento real de apenas 2% não lhe confere qualquer grau de prioridade, contrariamente ao afirmado pelo Governo.

Em suma, as dotações inscritas no OE para 1990 não dão qualquer prioridade às funções sociais — as verbas desmentem o verbo — antes privilegiam as funções económicas e as transferências para o sector privado (que atingem já os 180 milhões de contos), e dão cobertura ao grande aumento dos juros da dívida pública — aumento esse decorrente quer do aumento do capital em dívida quer do agravamento das taxas de juro internas que a política monetária do Governo tem provocado.

No âmbito das despesas importa, ainda, referir um outro aspecto que confirma que a política que está a ser seguida pelo Governo Cavaco Silva é lesiva da autonomia da economia nacional, ainda que no con-

Quadro 1

## Despesas Orçamentais por grandes funções

(milhões de contos)

	1989	1990	Variação %
I — Funções de Soberania	704,5	818,2	16,1
II — F. Sociais do Estado	774,5	863,3	11,5
Saúde	289,6	312,9	8,0
Habitação	6,4	4,3	-32,8
III — F. Económ. do Estado	244,3	291,7	19,4
IV — Juros da Dívida Pública	592,5	735,8	24,2
Soma	2315,8	2709,0	17,0

Nota: Não inclui amortizações e fundo de regularização da dívida pública nem dotação provisional

Quadro 2

## Receitas fiscais orçamentadas

(milhões de contos)

	1989	1990	Variação %
Impostos directos	492,2	622,0	26,0
IRS	298,9	373,0	24,8
Impostos indirectos	971,7	1154,1	19,0
IVA	419,0	500,0	19,3
I.s/Prod. Petrolíferos	198,0	250,0	26,3
Outros impostos e taxas	16,2	20,1	24,1
Soma	1480,1	1796,1	21,3
Receitas finais/PIB (%)	20,6	22,0	—

Para o Governo Cavaco Silva a abertura ao diálogo significa apenas o seu monólogo. Como bem o demonstram os trabalhadores das empresas públicas e os da função pública quando, legitimamente, pretendem negociar e apenas encontram no Governo a inflexibilidade e a imposição autoritária das actualizações salariais. Como bem o demonstram, ainda, os médicos, os enfermeiros, os professores e muitas outras camadas profissionais que para se fazerem ouvir pelo Governo têm de recorrer às greves, ou os agentes da segurança pública que às suas propostas de diálogo recebem como resposta a repressão.

Do mesmo modo, contrariamente ao que diz pretender, o Governo não deixa qualquer margem para a participação democrática na definição dos objectivos e estratégias para o desenvolvimento económico, como o mostram os factos de ter elaborado sozinho o Programa de Desenvolvimento Regional e ter negociado com a Comissão das Comunidades Europeias o Quadro Comunitário de Apoio sem dar cavaco a ninguém. E, no entanto, esses Programa e Quadro vão condicionar fortemente o investimento nacional nos próximos quatro anos.

Identicamente, as GOP e o OE confirmam as efectivas opções centralistas do Governo, reforçado o papel das Comissões de Coordenação Regional e pretendendo iludir com uma alegada «opção programática» a real opção pragmática do Governo e do PSD de impedirem, a todo o custo, a efectiva regionaliza-

# DO PLANO DE ESTADO PARA 1990

texto de uma acrescida interdependência.

Não se põe em causa a importância dos fundos estruturais provenientes da CEE, pois que bem utilizados podem auxiliar um mais rápido desenvolvimento económico e social no País. O que me parece de questionar é a sua aplicação — que privilegia a corrupção e o benefício do grande capital em detrimento da preparação da economia nacional para o combate de 1993. Constatase que esses fluxos financeiros vão condicionando cada vez mais, por força da comparticipação orçamen-

tal imposta pela CEE e passivamente aceite pelo Governo Cavaco Silva, a autonomia dos recursos da OE no âmbito das Despesas de Investimento e de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC).

Para 1990, as despesas orçamentais em acções e programas cofinanciados pela CEE absorvem já 63% do PIDDAC, percentagem essa que tende a crescer rapidamente nos próximos anos. O que,

aliado aos constrangimentos que o nível do défice orçamental coloca, ameaça impedir o financiamento pelo OE de funções sociais de primeira prioridade, só porque se não integram nas prioridades globais da CEE. Mas esta situação pode ser alterada, desde que para tal haja vontade política do Governo, reduzindo substancialmente a comparticipação obrigatória do OE e alargando a aplicação dos fundos comunitários a outras áreas, designadamente às da Saúde e da Habitação.

Acresce o facto de, a nível do Orçamento do Estado, os fluxos financeiros com a CEE apresentarem em 1990 um saldo negativo de 73 milhões de contos, que se agravará nos próximos anos, contribuindo cada vez mais para o já demasiadamente elevado défice orçamental.

Finalmente, o quinto sofisma do Governo reporta-se à sua insis-

tente referência à diminuição da carga fiscal em 1990.

Tal sofisma baseia-se nas actualizações dos escalões e das deduções e abatimentos aprovados para o IRS. Mas o Governo ilude três questões essenciais: que o elevado nível das cobranças em IRS em 1989 ultrapassaram, em muito, o que decorreria da cobrança dos impostos abolidos (nomeadamente imposto profissional e imposto complementar), sobrecarregando fiscalmente os rendimentos do trabalho; que no OE não foi aprovada a proposta do PCP para a diminuição da taxa do 1.º escalão do IRS, que se repercutiria no desagrevamento das taxas médias para os restantes escalões, e que não havendo baixa das taxas não há efectivo desagrevamento fiscal; que o Governo pretende manter em 1990 o mesmo esquema de retenção na fonte do IRS sobre os rendimentos do trabalho dependente, retendo mais que o imposto que os contribuintes têm efectivamente que pagar, excesso esse que, segundo os cálculos do próprio Governo, atingiu em 1989 os 28 milhões de contos.

Acresce, e o Governo escamoteia, que há agravamentos fiscais previstos para impostos indirectos, designadamente o imposto sobre os produtos petrolíferos, que se vierem a ser concretizados terão fortes repercussões nos custos industriais e agrícolas, nos transportes públicos e particulares e bem assim nos preços da electricidade e do gás.

No que se refere à carga fiscal global, mais uma vez, os próprios documentos oficiais mostram que existe um enorme fosso entre o propagandeado pelo Governo e a verdade dos números inscritos no OE. Estes (quadro 2) mostram que a previsão das receitas fiscais atinge os 1796 milhões de contos, mais 21,3% que os previstos no OE para 1989. Sendo certo que o Governo prevê, quer nas COP quer no OE, que a actividade económica evolua a uma taxa nominal de 13,3%, é manifestamente insustentável a tão repetida quanto falsa afirmação governamental. Há, de facto, um aumento real da carga fiscal, bem patenteado pelo nível de fiscalidade que passa de 20,6% do PIB no OE de 1989 para 22% do PIB no Orçamento do Estado para 1990.

No âmbito das receitas importa ainda referir que o Governo inscreve no OE para 1990 uma verba de 150 milhões de contos que decorrerá da privatização de empresas públicas, consagrando orçamentalmente a sua política, lesiva do interesse e da autonomia da economia nacional, de privatização de tudo o que é público na área económica, visando acelerar a constituição de grandes grupos económicos — incluindo a reconstituição de grupos monopolistas de antes do 25 de Abril — e de entregar ao capital estrangeiro posições fundamentais na economia nacional, o que se traduzirá no enfraquecimento da economia portuguesa para o embate de 1993 e a sua transformação numa economia subalterna e apendicular, na dependência de centros de decisão sediados no exterior das fronteiras nacionais.

Em conclusão, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Estado para 1990 são bem o retrato vivo das opções de fundo do Governo de Cavaco Silva e do seu estilo de governação, contrárias aos interesses do desenvolvimento económico e social do País e dos portugueses. ■



**Palavras**

A agressão americana ao Panamá passará seguramente à História, entre outras razões, também pelos seus pormenores de linguagem. O nome de código de uma brutal invasão de um pequeno país foi... «Justa causa»! O secretário de Estado norte-americano da Defesa classificou a operação com terminologia digna de um golpe de *gangsters*: «um trabalho de profissionais». O mesmo sr. Richard Cheney, referindo-se às destruições causadas por um bombardeamento que envolveu o mais sofisticado bombardeiro do arsenal *yankee* afirmou ter havido «alguns prejuízos». O presidente Bush, ao anunciar a invasão, declarou que ela se destinava a proteger a vida de cidadãos norte-americanos, pretensamente ameaçada num país onde estacionam permanentemente 12 mil soldados... norte-americanos. O secretário de Estado James Baker, por seu lado, afirmou com a maior seriedade que a invasão está «totalmente de acordo com as leis internacionais»! Há quem duvide que as palavras também vão à guerra?

**O Natal visto por Cavaco**

Há muitas maneiras de encarar a quadra natalícia, incluindo, naturalmente, a

escolha dos presentes para o sapatinho. O Primeiro-Ministro do Governo PSD também tem a sua. Anteontem, o matutino «Diário de Notícias», na sua primeira página, dava algumas achegas para a compreensão dessa matéria: «As tarifas dos correios e telefones e os bilhetes dos transportes públicos, bem como os passes sociais, deverão aumentar nos primeiros dias de Janeiro, apurou o DN junto de fonte próxima do Ministério que tutela os CTT e os TLP e empresas transportadoras públicas».

Prossegue o jornal de Dinis de Abreu:

«O ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações não quis comentar esta eventualidade, mas terá ficado incomodado por ter transpirado para o exterior esta série de aumentos, que deverão oscilar entre os cinco e os dez por cento (...)

«A fonte contactada pelo DN garantiu, por outro lado, que a gasolina não sofreria para já qualquer aumento».

Para já...

**Tempo de antena para desmentidos**

O País vai-se habituando aos desmentidos do Primeiro-Ministro. Uns mais ou menos encobertos. Outros, directos, como aquele sobre a força

# Pontos Cardeais

eleitoral do PSD na sequência das autárquicas de 17 de Dezembro. Recorde-se que depois de garantir solenemente perante as câmaras da TV que o seu partido continuava à frente, Cavaco foi obrigado a ir de novo ao pequeno ecrã para dizer que o tinham enganado nos números e que afinal o PSD ficava pelo 2.º lugar.

Na 5 de Outubro já há quem pense em criar uns tempos de antena especiais para o prof. Cavaco arrumar com regularidade a questão dos desmentidos. Depois da «gaffe» sobre a dimensão eleitoral do PSD, irá o chefe do partido do Governo explicar aos portugueses que, ao contrário do que garantiu recentemente, vai mesmo remodelar o Executivo?...

Não tarda muito ouviremos a locutora de serviço informar que a programação continua dentro de momentos com (mais) um desmentido cavaquista... Alô, alô, Gomes Teixeira...

**Feitiçarias**

O exército norte-americano anunciou ter descoberto

ídolos, poções e outras provas de que o general Manuel António Noriega praticava «uma forma de religião oculta». Sendo assim, tem pelo menos o gabarito do anterior presidente dos EUA, Ronald Reagan, que tinha cartomantes privados para o ajudarem a discernir...

**Causas**

«Há em Portugal advogados que pediram a suspensão na Ordem para trabalharem como mestres-de-obras, abrirem casas de venda de «hamburguers» ou empregarem-se em fábricas de calçado». Quem o afirma é um dos candidatos vencidos ao Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, Jorge Neto, em entrevista à «Capital», acusando a proliferação descontrolada de universidades privadas de ser a principal causa desta situação. Esqueceu-se de quem permite e estimula a tal «proliferação descontrolada de universidades privadas». Um dia destes ainda descobre...

# Gazetilha

por Ignotus Sum

**O «aumento»**

O abono de família teve aumento, afinal: cento e setenta e cinco escudos, nada menos. Abono colossal! E ainda há quem diga mal do Governo que temos...

Certo pai — eu cá admiro, sou franco, certas formas audazes de fazer — agarrou no aumento e foi pô-lo no banco com juros a render.

Não há nisto mentiras nem enganos *slogans*, propagandas, estribilhos: o feliz pai, dentro aí de cem anos poderá contribuir para a educação dos filhos...

**Culpados?**

Pelo Reino de Cavaco há convulsões um enorme reboliço. Aquelas eleições, que grande enguiço!

Vozes de todo o lado põem a verdade a nu: — Foste o culpado! — Não, o culpado foste tu!

Vá, meus senhores, brincalhões supremos, que diabo, tenham modos! Eles sabem, vocês sabem, nós sabemos que os culpados foram vocês todos...

**Declaração do chefe**

Eu disse aquilo que disse. Foi uma grande chatice. Mas agora digo que o que eu disse, foi castigo por ter dado fé aos serviços do PSD...

Meus colaboradores disseram e eu disse mas as horas correram e se tudo o que eu disse foi tolice tudo assentou na boa-fé com que ouvi os serviços do PSD...

O que eu disse incómodo me parece. Fica o dito desdito dou o dito por não dito. Isto até aos deuses acontece quando os deuses acreditam, já se vê, nos serviços do PSD...

**Conselho**

Ano de oitenta e nove está no fim. Foi pra Cavaco um ano muito fraco. Aproveita a boleia — e assim vai com ele, Cavaco!

Se eu fosse a ti, muito descansadinho, por muito que alguém teime, metia pés a caminho ia para Boliqueime...

Escuta, é o bom senso que te diz: põe-te a mexer, pois se o oitenta e nove não te quis muito menos noventa te vai querer...



FRED (Othon Aristides) França, in «Les Chefs-d'œuvre du dessin d'humour». Edições Planète 1968